

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL

Relatório de revisão do auditor independente

Informações Trimestrais (ITR)
Em 30 de junho de 2023

AMERICANAS S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Informações Trimestrais (ITR)
Em 30 de junho de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações intermediárias dos resultados individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa individuais e consolidadas - método indireto

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Americanas S.A. - Em recuperação judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Americanas S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia e de suas controladas são responsáveis pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações contábeis intermediárias executada pelo auditor da Entidade e "ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Entretanto, em decorrência da relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Plano de Recuperação Judicial - análise de continuidade operacional e avaliação de valor recuperável de ativos

Conforme Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, em 19 de janeiro de 2023, a Americanas e determinadas controladas diretas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, cujo processamento foi deferido, na mesma data, pelo juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo"), nos termos da Lei nº 11.101/2005. Em 20 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições propostos para o Plano de Recuperação Judicial ("Plano") e sua apresentação ao Juízo. Posteriormente, conforme divulgado em fato relevante de 11 de julho de 2023, o Juízo deferiu pedido de prorrogação do prazo previsto no artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, para a suspensão de todas as ações e execuções existentes contra a Americanas e determinadas controladas, bem como da exigibilidade dos créditos concursais, por 180 (cento e oitenta) dias contados do término do *stay period* concedido no momento do deferimento do pedido de Recuperação Judicial.

Também conforme Nota Explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia, como forma de manter o curso normal dos negócios da Companhia e suas controladas e reforçar a sua liquidez, aprovou e o "Juízo" autorizou, em 09 de fevereiro de 2023, financiamento extraconcursal na modalidade "*debtor-in-possession*" (DIP), por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, no valor de até R\$ 2 bilhões ("Financiamento DIP"). A primeira tranche do Financiamento DIP foi integralizada pelos acionistas de referência da Companhia, mediante aportes no valor de R\$ 1.002.603 mil em 13 de fevereiro de 2023 e no valor de R\$ 500.632 mil em 6 de outubro de 2023. Em 10 de outubro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante a respeito das negociações conduzidas junto aos credores financeiros e proposta apresentada com o auxílio de assessor externo e que envolve, dentre outras etapas, o compromisso dos acionistas de referência de realizar aporte, em aumento de capital privado, no valor de R\$ 12 bilhões (considerando os recursos já aportados no Financiamento DIP). Em 19 de dezembro de 2023, os credores aprovaram o aditamento ao Plano. Até a data de conclusão de nossos trabalhos, aguarda-se a homologação do Plano em "Juízo".

Em decorrência desses assuntos: (i) homologação do Plano da Companhia e suas controladas; e (ii) da pervasividade existente no contexto da elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2023, bem como no cenário de múltiplas incertezas, não nos foi possível reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se a utilização do pressuposto de continuidade operacional é apropriada, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos (individuais e consolidados) dos ativos, passivos e elementos componentes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), caso as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, não fossem preparadas considerando esse pressuposto.

Adicionalmente, a Administração preparou um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 - Redução ao Valor de Recuperação de Ativos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ao qual, tem reflexos em relação a essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis mencionadas nas Notas Explicativas nºs 1 e 2 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

No contexto de incerteza relevante de continuidade operacional, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia, suas controladas e seu investimento em controlada em conjunto, nas operações futuras de cada uma dessas sociedades, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos (individuais e consolidados) dos ativos não financeiros da Companhia, no que diz respeito aos elementos componentes das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar) do trimestre findo em 30 de junho de 2023.

Investigação independente em curso e outros aspectos de governança

Conforme Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, em 11 de janeiro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante comunicando que tinham sido detectadas inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. A área contábil da Companhia identificou a existência de operações de financiamentos de compras, nas quais a Companhia seria devedora perante instituições financeiras e que não se encontravam devidamente reconhecidas em suas demonstrações contábeis históricas, individuais e consolidadas. Adicionalmente, o Conselho de Administração decidiu criar um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as referidas inconsistências contábeis ("Comitê Independente"). O Comitê Independente tem, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação independente na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em janeiro de 2023, foi iniciada a investigação por profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Esses profissionais executaram extrações e processamento de dados e informações, realizaram entrevistas com ex-executivos e profissionais da Companhia, inclusive, a avaliação das informações prestadas pelos signatários da carta de representação entregue aos auditores independentes.

Em 03 de fevereiro de 2023, a Companhia divulgou fato relevante a respeito do afastamento de diretores estatutários e executivos da Companhia e de suas controladas, considerando outras medidas já implementadas e que, conforme descrito no mesmo fato relevante, tiveram o objetivo de garantir a integridade e preservação de informações e documentos da Companhia e contribuir com as apurações em curso.

Complementarmente, como também mencionado na referida Nota Explicativa e em fatos relevantes divulgados em 13 e 14 de junho de 2023, assessores jurídicos da Companhia ("Assessores") apresentaram ao Conselho de Administração relatório contendo "achados" preliminares acerca dos fatos narrados no fato relevante de 11 de janeiro de 2023 sobre lançamentos contábeis ("Relatório"). O Relatório indica que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Companhia e suas controladas vinham sendo "fraudadas pela sua diretoria anterior", bem como trazem esclarecimentos adicionais sobre o contexto das inconsistências de registros contábeis em relação à Verba de Propaganda Cooperada (VPC), ausência de registro contábil de juros sobre operações financeiras e contratação de operações de financiamento de compras (risco sacado, *forfait* ou *confirming*), representando impacto nos resultados da Companhia ao longo do tempo e redução de dívida financeira bruta.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, os levantamentos e as avaliações das distorções foram realizados pela Companhia, e os seus impactos foram apresentados nessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, em relação às informações contábeis intermediárias comparativas referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022.

Além dos assuntos mencionados acima, destacamos que, com base em informações recebidas do Comitê Independente, informações obtidas com a Companhia e informações públicas:

- A investigação conduzida pelo Comitê Independente ainda está em curso, de modo que documentos e informações ainda estão sob revisão, inclusive quanto à sua integridade e suficiência. Ainda estão sendo realizados procedimentos e protocolos da investigação que consideram eventos ocorridos até a data do fato relevante de 11 de janeiro de 2023. Até a presente data, não recebemos relatórios e não tivemos acesso a nenhuma conclusão dessa investigação independente;
- Encontram-se em andamento diversos processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3"), dentre outros procedimentos, envolvendo, inclusive, acordos de colaboração de ex-executivos. Com exceção de decisão da B3 divulgada pela Companhia em fato relevante de 08 de novembro de 2023, essas investigações são conduzidas sob sigilo e, por isso, não tivemos acesso ao seu conteúdo até a data de emissão de nosso relatório.

Diante da identificação de deficiências significativas nos controles internos e ambiente de tecnologia da Companhia, do fato de a sanção imposta pela B3 no sentido de suspensão da Companhia do Novo Mercado ainda estar sujeita a recurso com efeito suspensivo, do fato de haver investigação em curso conduzida pelo Comitê Independente dentro da extensão do plano de trabalho definido, além dos fatos mencionados anteriormente, a obtenção de evidências apropriadas e suficientes não foi possível nem mesmo com (i) procedimentos de avaliação de processos e análises de lançamentos manuais e outros ajustes realizados nos registros contábeis durante a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ao qual, tem reflexos em relação a essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, visando apurar a existência de ajustes significativos anormais ou incomuns, o entendimento e a avaliação das razões pelas quais os ajustes foram realizados pela Companhia e suas controladas, assim como (ii) verificação e análise de documentos e transações existentes, principalmente que evidenciam as transações e registros durante a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ao qual, tem reflexos em relação a essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

Dessa forma, não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação nas Notas Explicativas.

Auditoria da controlada AME Digital

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, a Companhia possui investimentos e outras transações em montantes significativos com a controlada AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. ("AME Digital"), que a partir de 2021 passou a ser subsidiária da Ame Holding Ltda. ("AME Holding"). Contudo, até a data da emissão desse relatório, os procedimentos de auditoria na controlada AME Digital ainda não haviam sido concluídos em sua totalidade, de forma que não nos foi possível reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes, em relação a potenciais impactos que possam ser gerados sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e seus reflexos em relação a essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas. A Companhia possui saldo e transações registradas na rubrica contábil Investimentos relacionado a AME Holding, em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, nos montantes de R\$ 343 milhões e R\$ 235 milhões, respectivamente, bem como no Resultado de Equivalência Patrimonial relacionado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 de R\$ 142 milhões (perda).

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Reapresentação das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, comparativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022 e sobre a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, a Companhia identificou e procedeu a ajustes nessas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes as cifras comparativas do trimestre findo em 30 de junho de 2022, diante dos fatos relevantes divulgados em 11 de janeiro, 13 de junho e 14 de junho de 2023 e das incorreções contábeis detectadas nas investigações em curso e em levantamentos realizados pela Administração, envolvendo principalmente os impactos decorrentes de registro de verbas de propaganda cooperada (VPC) em diversas rubricas contábeis, encargos sobre risco sacado, revisão da recuperação de imposto de renda diferido, revisão do pressuposto de reconhecimento de arrendamentos (ativo direito de uso e passivo de arrendamento), conforme o CPC 06 R2 - Arrendamentos (IFRS 16 - *Leases*), além de outros aspectos decorrentes de análise de conciliação de saldos contábeis. Essas distorções foram corrigidas sobre as bases de elaboração de informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, originalmente divulgadas, cujos trabalhos de revisão foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2022, com data de 11 de agosto de 2022, sem ressalvas, a cuja documentação dos auditores independentes não tivemos acesso.

Em razão dos fatos relevantes divulgados pela Companhia e informações em notas explicativas no contexto da investigação independente em curso, mencionados anteriormente, há pervasividade de múltiplas incertezas que podem existir no contexto de elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, reapresentadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2022. Além desses fatores, não foi possível, nas circunstâncias, determinar a existência de eventuais efeitos na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apresentados para fins comparativos, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos trabalhos de auditoria foram conduzidos por nós, e emitimos relatório de auditoria com abstenção de opinião, datado de 14 de novembro de 2023, considerando as limitações para obtenção de evidências de auditoria apropriadas e suficientes relacionadas aos seguintes fatores:

- Os reflexos na continuidade operacional da Companhia e de suas controladas em decorrência da recuperação judicial e avaliação de valor recuperável de ativos, da investigação independente não concluída e demais aspectos relacionados a governança e as considerações existentes sobre os procedimentos de auditoria na controlada AME Digital ainda não concluídos em sua totalidade, já mencionados anteriormente na seção “Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas”;
- Os estoques e seus reflexos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em vista da contratação subsequente dos auditores independentes, cujos procedimentos alternativos de auditoria foram concluídos satisfatoriamente após a emissão do relatório de auditoria de 2022;
- O fato de que não nos foram apresentadas composições e análises suficientes, nem documentações e bases de dados que nos permitissem validar as suas extrações sistêmicas, reunir evidências de auditoria apropriadas e suficientes e verificar se as suas divulgações em notas explicativas estão adequadamente apresentadas pela Companhia e suas controladas, sobre os saldos das rubricas: Fornecedores (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 11.067.769 mil e no consolidado: R\$ 10.970.297 mil), Adiantamentos recebidos de clientes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 132.252 mil e no consolidado: R\$ 720.087 mil), Outros Passivos Circulantes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 899.006 mil e no consolidado: R\$ 1.157.985 mil) e Outros Passivos Não Circulantes (em 31 de dezembro de 2021, na Companhia: R\$ 153.515 mil e no consolidado: R\$ 157.573 mil), em que foram ressalvados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas, sem impactos subsequentes conhecido até a presente data;

- Diante da ausência de confirmação de saldos, transações e informações com terceiros, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes, inclusive por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, nem formar uma opinião quanto aos possíveis efeitos dessas limitações e seus impactos sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em decorrência de não obtermos a totalidade das respostas de instituições financeiras relacionadas à Companhia (duas solicitações não respondidas), e as respostas não obtidas em relação às controladas: ST importações Ltda. - Em recuperação judicial (uma solicitação não respondida), ST Global Sourcing HK Limited (uma solicitação não respondida), QSM Distribuição e Logística Ltda. (uma solicitação não respondida), IF Capital Ltda. (uma solicitação não respondida), Direct Express Logística Integrada S.A. (uma solicitação não respondida), Digital Finance Ltda. (uma solicitação não respondida), Click Rodo Entregas Ltda. (uma solicitação não respondida), BWU Entretenimento Ltda. (duas solicitações não respondidas), BIT Services Ltda. (uma solicitação não respondida) e B2W Rental Ltda. (uma solicitação não respondida), cujo avanço nos eventos subsequentes até a presente data, não representou quaisquer distorções significativas em relação aos saldos e transações decorrentes desse tema;
- A insuficiência de informações essenciais e suporte documental na preparação dos laudos de alocação de preço de compra para fins de determinação do ágio com expectativa de rentabilidade futura que são requeridos pelo Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinações de negócios, em relação às (i) aquisições realizadas em 2021 referentes ao negócio "HNT" e ao controle do Grupo Uni.Co S.A., por meio da controlada IF Capital Ltda.; e (ii) aquisições relevantes ocorridas anteriormente a 2021, que em 2022 foram considerados na avaliação de recuperabilidade;
- O fato de que a Administração preparou um teste de valor recuperável de ativos que não atendeu plenamente o Pronunciamento Técnico CPC 01 R1 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperação de Ativos, em razão da impraticabilidade de uso de premissas que não considerassem as inconsistências contábeis, em 2021, como já mencionado anteriormente na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas";
- O fato de que não foram obtidas evidências de auditoria suficientes em relação às informações contábeis dos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2022 do Grupo Uni.Co S.A., tendo em vista que os trabalhos de auditoria referentes a essa sociedade e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com data de 4 de abril de 2022, sem ressalvas, mas, até o momento de emissão do nosso relatório, não tivemos acesso a essa documentação de auditoria, que em 2022 foram considerados na avaliação de recuperabilidade;
- O fato de não ter sido possível reunir evidências em relação à reestruturação das Lojas Americanas S.A. em 2021, sem impactos subsequentes, conhecidos até a presente data.



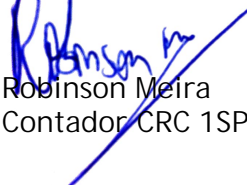
Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas - informação suplementar

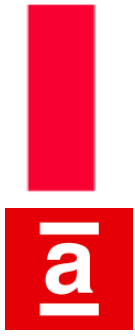
Fomos contratados para revisar as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e de suas controladas, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pela IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais (ITR), com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Devido a relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar que essas demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Robinson Meira
Contador CRC 1SP 244496/O-5 - S - RJ



Americanas S.A. – Em Recuperação Judicial
ITR - Informações Trimestrais
30 de junho de 2023



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.495	2.413	1.584	2.477
Títulos e valores mobiliários	7	1.778	2.082	2.414	3.596
Contas a receber de clientes	8	2.644	5.010	2.557	5.470
Contas a receber - Partes relacionadas	11	40	39	-	-
Estoques	9	2.310	3.611	2.371	3.700
Impostos a recuperar	10	1.195	1.515	1.404	1.667
Despesas antecipadas		114	41	131	64
Outros ativos circulantes		893	34	905	75
Total do ativo circulante		10.469	14.745	11.366	17.049
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	-	178	25	44
Impostos a recuperar	10	3.610	3.792	3.610	3.794
Depósitos judiciais		565	525	594	550
Contas a receber - Partes relacionadas	11	11	16	9	14
Outros ativos não circulantes		163	34	145	35
Investimentos	12	3.613	1.571	594	535
Imobilizado	13	2.779	2.898	2.824	2.953
Intangível	14	872	919	956	959
Ativo de direito de uso	15	4.353	5.301	4.390	5.359
Total do ativo não circulante		15.966	15.234	13.147	14.243
TOTAL DO ATIVO		26.435	29.979	24.513	31.292

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Fornecedores	16	5.355	6.476	5.536	6.665
Risco Sacado	17	15.877	15.910	15.877	15.910
Empréstimos e financiamentos	18	9.729	9.366	14.954	17.386
Contas a pagar - Partes relacionadas	11	1.036	1.514	19	16
Debêntures	19	13.658	11.658	6.638	5.363
Salários, provisões e contribuições sociais		224	223	288	296
Contas a pagar - Combinação de negócios	20	147	10	373	51
Tributos a recolher	21	1.106	1.147	1.126	1.183
Provisão para processos judiciais e contingências	22	-	191	-	194
Adiantamento recebido de clientes		47	92	598	1.056
Passivo de arrendamento	15	454	491	466	508
Outros passivos circulantes		960	1.136	924	1.311
Total do passivo circulante		48.593	48.214	46.799	49.939
NÃO CIRCULANTE					
Provisão para processos judiciais e contingências	22	1.831	1.591	2.005	1.780
Contas a pagar - Combinação de negócios	20	-	135	-	322
Passivo de arrendamento	15	4.773	5.577	4.804	5.621
Provisão para perdas em investimentos	12	350	834	-	-
Outros passivos não circulantes		297	295	314	297
Total do passivo não circulante		7.251	8.432	7.123	8.020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23 (a)	15.430	15.430	15.430	15.430
Adiantamento para futuro aumento de capital		1	1	1	1
Reservas de capital		177	147	177	147
Outros resultados abrangentes		(1.183)	(1.401)	(1.183)	(1.401)
Prejuízos acumulados		(40.844)	(40.844)	(40.844)	(40.844)
Prejuízo do período		(2.990)	-	(2.990)	-
Total do patrimônio líquido		(29.409)	(26.667)	(29.409)	(26.667)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.435	29.979	24.513	31.292

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



Nota	Período de seis meses findos em:				Período de três meses findos em:				
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Receita operacional líquida	25	6.805	12.147	7.032	13.374	3.316	5.982	3.405	6.596
Custo das mercadorias e serviços vendidos	26	(4.981)	(10.386)	(5.209)	(11.224)	(2.390)	(4.819)	(2.479)	(5.188)
Lucro bruto		1.824	1.761	1.823	2.150	926	1.163	926	1.408
Receitas (Despesas) operacionais									
Vendas	27	(1.627)	(1.974)	(1.727)	(2.012)	(733)	(895)	(796)	(887)
Gerais e administrativas	27	(1.599)	(1.301)	(1.817)	(1.744)	(673)	(586)	(799)	(813)
Resultado de equivalência patrimonial		2.205	(182)	3	(88)	269	(17)	3	(34)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	(83)	140	(59)	92	(295)	(3)	(265)	(45)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		720	(1.556)	(1.777)	(1.602)	(506)	(338)	(931)	(371)
Receitas financeiras		519	228	2.892	328	75	114	297	170
Despesas financeiras		(4.229)	(2.847)	(4.099)	(2.974)	(841)	(1.592)	(634)	(1.651)
Resultado financeiro	28	(3.710)	(2.619)	(1.207)	(2.646)	(766)	(1.478)	(337)	(1.481)
Prejuízo antes do Imposto de renda e da contribuição social		(2.990)	(4.175)	(2.984)	(4.248)	(1.272)	(1.816)	(1.268)	(1.852)
Imposto de renda e Contribuição Social									
Correntes		-	-	(8)	(7)	-	(21)	(3)	(24)
Diferidos		-	120	2	200	-	98	(1)	137
Prejuízo do período		(2.990)	(4.055)	(2.990)	(4.055)	(1.272)	(1.739)	(1.272)	(1.739)
Prejuízo por ação básico e diluído	29	(0,0033)	(0,0045)	-	-	(0,0014)	(0,0019)	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022
 (Em milhões de reais)



	Períodos de seis meses findos em:				Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Prejuízo do período	(2.990)	(4.055)	(2.990)	(4.055)	(1.272)	(1.739)	(1.272)	(1.739)
Outros resultados abrangentes								
Hedge de fluxo de caixa	473	(581)	473	(581)	340	(174)	340	(174)
Efeitos tributários	(161)	88	(161)	88	(116)	50	(116)	50
Variação cambial de investida no exterior	(1)	(2)	(1)	(2)	(2)	3	(2)	3
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do período em períodos subsequentes	311	(495)	311	(495)	222	(121)	222	(121)
Total do resultado abrangente	(2.679)	(4.550)	(2.679)	(4.550)	(1.050)	(1.860)	(1.050)	(1.860)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (INFORMAÇÃO)
 Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022
 (Em milhões de reais)



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022 Reapresentado	30/06/2023	30/06/2022 Reapresentado
Receitas				
Vendas de Mercadorias e Serviços	7.967	14.447	8.251	15.897
Outras Receitas	524	165	525	167
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	82	(57)	62	(67)
	<u>8.573</u>	<u>14.555</u>	<u>8.838</u>	<u>15.997</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(5.754)	(11.899)	(5.906)	(12.501)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.964)	(1.461)	(2.072)	(1.770)
	<u>(7.718)</u>	<u>(13.360)</u>	<u>(7.978)</u>	<u>(14.271)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>855</u>	<u>1.195</u>	<u>860</u>	<u>1.726</u>
Depreciação e Amortização	<u>(517)</u>	<u>(708)</u>	<u>(618)</u>	<u>(826)</u>
Valor Adicionado Líquido Produzido	<u>338</u>	<u>487</u>	<u>242</u>	<u>900</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	2.205	(182)	3	(88)
Receitas financeiras	519	228	2.892	328
Valor Adicionado Total a distribuir	<u>3.062</u>	<u>533</u>	<u>3.137</u>	<u>1.140</u>
Distribuição do Valor Adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	783	632	923	919
Benefícios	145	131	162	169
FGTS	57	49	70	77
	<u>985</u>	<u>812</u>	<u>1.155</u>	<u>1.165</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	190	215	202	214
Estaduais	493	663	499	730
Municipais	52	60	59	85
	<u>735</u>	<u>938</u>	<u>760</u>	<u>1.029</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	4.229	2.847	4.099	2.974
Aluguéis	97	(10)	105	4
Outras	6	1	8	23
	<u>4.332</u>	<u>2.838</u>	<u>4.212</u>	<u>3.001</u>
Remuneração de Capitais Próprios				
Prejuízo do período	(2.990)	(4.055)	(2.990)	(4.055)
	<u>(2.990)</u>	<u>(4.055)</u>	<u>(2.990)</u>	<u>(4.055)</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>3.062</u>	<u>533</u>	<u>3.137</u>	<u>1.140</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhões de reais)



Controladora e Consolidado

	Reservas de Capital			Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Plano de subscrição de ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Legal	Para novos empreendimentos				Ações em tesouraria
Saldos em 1º de janeiro de 2023	15.430	1	147	-	-	-	-	(1.401)	(40.844)	(26.667)
Ajuste de exercício anterior										
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	219	-	219
Plano de opção de ações	-	-	30	-	-	-	-	-	-	30
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.990)	(2.990)
Saldos em 30 de junho de 2023	15.430	1	177	-	-	-	-	(1.183)	(43.834)	(29.409)

Controladora e Consolidado

	Reservas de Capital			Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Plano de subscrição de ações	Reserva especial de ágio na incorporação	Legal	Para novos empreendimentos				Ações em tesouraria
Saldos em 1º de janeiro de 2022	14.883	-	118	145	136	1.077	(228)	(347)	(28.405)	(12.621)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(493)	-	(493)
Aumento de capital - Plano de ações	8	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Aumento de capital por subscrição de ações	468	-	-	-	-	-	-	-	-	468
Plano de opção de ações	-	-	38	-	-	-	-	-	-	38
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	-	(589)	-	-	(589)
Ações em tesouraria canceladas	-	-	-	-	-	(588)	588	-	-	-
Variação cambial de investida no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	(2)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.055)	(4.055)
Saldos em 30 de junho de 2022 (Reapresentado)	15.359	-	156	145	136	489	(229)	(842)	(32.460)	(17.246)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
	Reapresentado		Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(2.990)	(4.055)	(2.990)	(4.055)
Ajustes ao prejuízo do período				
Depreciação e Amortização	517	764	618	886
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	-	(120)	6	(193)
Juros, variações monetárias e cambiais	2.337	837	(916)	960
Equivalência Patrimonial	(2.205)	182	(3)	88
Ajuste ao Valor Justo - Combinação de negócios	-	(170)	-	(170)
Constituição de provisão para contingências	-	8	-	43
Reversão de provisão para processos judiciais e contingências	-	(20)	-	(20)
Outros	(544)	(185)	(87)	(116)
Prejuízo ajustado	(2.885)	(2.759)	(3.372)	(2.577)
Redução(aumento) nos ativos operacionais				
Contas a receber	2.350	2.567	2.908	2.391
Estoques	1.387	(137)	1.415	(1)
Impostos a recuperar	502	(214)	447	(262)
Despesas antecipadas	(73)	(63)	(67)	(28)
Depósitos judiciais	(40)	(41)	(44)	(49)
Outras contas a receber (circulante e não circulante)	(988)	40	(940)	85
	3.138	2.152	3.719	2.136
Aumento(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.121)	(4.118)	(1.129)	(4.122)
Risco Sacado	(33)	3.927	(33)	3.927
Salários, encargos e contribuições sociais	1	-	(8)	1
Tributos a recolher (circulante e não circulante)	(41)	369	(57)	381
Pagamento de contingências	-	(18)	-	(27)
Outras obrigações (circulante e não circulante)	(217)	90	(829)	294
Contas a receber/pagar empresas ligadas	(474)	87	8	(5)
	(1.885)	337	(2.048)	449
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(134)	(646)	(140)	(735)
Juros pagos sobre arrendamentos	(327)	(129)	(329)	(155)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(5)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.093)	(1.045)	(2.170)	(887)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	482	803	1.201	28
Aquisição de imobilizado	(66)	(255)	(68)	(303)
Aquisição de intangível	(30)	(430)	(181)	(559)
Aumento de capital em controladas, coligadas e controladas em conjunto	(334)	(408)	-	(23)
Aquisições de participações societárias	-	(51)	-	(51)
Valor pago em combinações de negócios e ajuste de preço	-	4	-	12
Dividendos recebidos	-	45	-	1
Caixa líquido incorporado	-	10	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	52	(282)	952	(895)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de debêntures e empréstimos e financiamentos	3.080	2.340	3.347	2.796
Liquidações de debêntures e empréstimos e financiamentos	(1.747)	(191)	(2.802)	(269)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(210)	(312)	(220)	(401)
Aumento de capital em dinheiro	-	301	-	301
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	-	(589)	-	(589)
Dividendos e participações pagos	-	(333)	-	(333)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.123	1.216	325	1.505
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(918)	(111)	(893)	(277)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.413	2.379	2.477	2.626
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.495	2.268	1.584	2.349
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(918)	(111)	(893)	(277)

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais individuais e consolidadas.



Notas explicativas às informações trimestrais

Em 30 de junho de 2023

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Informações do Grupo

A Americanas S.A. – Em recuperação judicial (“Americanas” ou a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código AMER3, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral, 102, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20.081-902.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo” ou “Grupo Americanas”) combinam plataformas digital (com as marcas Americanas, Submarino, Shoptime), física (com as Lojas Americanas, Local e Hortifruti Natural da Terra (“HNT”)), franquias (Imaginarium e Puket), *fulfillment*, *fintech* (Ame Digital) e publicidade (ads). Possui ativos únicos que impulsionam o seu crescimento com rentabilidade. Graças aos ativos únicos, incluindo a base de clientes ativos, foram construídos diferenciais competitivos como: amplo sortimento, capilaridade nacional e baixo custo de aquisição de clientes (CAC).


Recuperação judicial

Conforme divulgado por meio de fato relevante veiculado em 11 de janeiro de 2023, a Companhia detectou inconsistências em lançamentos contábeis redutores do saldo de fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. Em uma análise preliminar, a área contábil da Companhia estimou que os valores destas inconsistências eram de aproximadamente R\$ 20 bilhões na data-base de 30 de setembro de 2022 (Posteriormente com a apresentação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2022, foi apontado que a Companhia possuía um patrimônio líquido negativo de aproximadamente R\$ 26,7 bilhões – Vide item 1, tópico “Investigação Independente e Apurações Internas”).

O Conselho de Administração e a nova administração da Companhia passaram, então, a avaliar as inconsistências, sua natureza, a magnitude dos seus efeitos, os *stakeholders* envolvidos e potencialmente afetados por tais inconsistências, entre outras questões relacionadas às inconsistências contábeis. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração passou a avaliar medidas, inclusive medidas judiciais como a recuperação judicial, tendo em vista tal cenário e os interesses da Companhia.

Nesse contexto, a despeito dos esforços e das medidas que a administração tomou diante do cenário enfrentado, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, considerando (i) os desafios da Companhia na interface com credores e fornecedores desde a ocorrência de tais fatos; (ii) a necessidade de atendimento, de forma adequada e organizada, dos interesses de seus credores, acionistas e *stakeholders*; (iii) a redução da posição de caixa disponível à Companhia; e, ainda, (iv) a necessidade de preservação da continuidade da oferta de serviços de qualidade a seus clientes, dentro dos compromissos assumidos pela Companhia e da manutenção da continuidade de seu negócio e sua função, a Americanas e suas subsidiárias, nomeadamente JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, e B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas” ou “Grupo Americanas”), ajuizaram, em 12 de janeiro de 2023, tutela de urgência cautelar em caráter antecedente ao pedido de recuperação judicial, com fundamento nos art. 189 e 6º, § 12, da Lei nº 11.101/2005, a qual foi distribuída perante a 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (o “Juízo da Recuperação Judicial”), deferida em 13 de janeiro de 2023 a fim de antecipar os principais efeitos da recuperação judicial e, dentre outras medidas, suspender as cláusulas de vencimento antecipado dos contratos celebrados com diversas instituições financeiras e também para determinar a restituição de valores que, eventualmente, já tivessem sido objeto de compensação. Em 19 de janeiro de 2023, o Grupo Americanas apresentou o pedido principal de recuperação judicial (“Recuperação Judicial”), que teve o processamento deferido na mesma data pelo Juízo da Recuperação Judicial, confirmando integralmente a liminar concedida cautelarmente.

A Companhia almeja, com o processo de Recuperação Judicial, preservar a prestação de serviço amplo à população, bem como seu compromisso como geradora de milhares de empregos diretos e indiretos, como fonte produtora e de estímulo à atividade econômica, além de ser uma relevante pagadora de tributos.



Em continuidade, na busca de entendimentos com seus credores e com vistas a um acordo que possa equacionar suas dívidas e impulsionar suas atividades, o Conselho de Administração aprovou a primeira versão do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), que foi apresentado nos autos da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023, dentro do prazo previsto no art. 53 da Lei nº 11.101/2005.

Em 27 de novembro de 2023, a Americanas protocolou nos autos da Recuperação Judicial um aditivo ao PRJ e, na mesma data, firmou um acordo vinculante de suporte ao PRJ (“PSA”) com credores titulares de mais de 35% da dívida da Companhia, excluindo os créditos *intercompany*. Além destes, outros credores que participaram das negociações também subscreveram, posteriormente, o PSA e passaram a apoiar o PRJ, aumentando para mais de 50% o percentual de credores com compromisso formal e vinculante de aprovação do PRJ em sede de Assembleia Geral de Credores.

Após extensas negociações entre a Companhia, seus acionistas de referência e seus principais *stakeholders*, inclusive titulares de dívidas no exterior, os credores do Grupo Americanas, reunidos em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de dezembro de 2023 (“AGC”), regularmente convocada e instalada em primeira convocação, aprovaram o aditamento ao PRJ, com ajustes adicionais negociados, conforme versão do Plano apresentada aos autos na mesma data, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

Conforme fato relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia acredita que o PRJ aprovado atende a todas as partes interessadas, de forma equilibrada, e representa um importante passo no processo de reestruturação do Grupo Americanas.

Após a aprovação em AGC, o PRJ foi submetido à apreciação do Juízo da Recuperação Judicial para homologação do Plano e concessão da Recuperação Judicial nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005. Em 18 de janeiro de 2024 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu despacho intimando o Grupo Americanas, a Administração Judicial e o Ministério Público para se manifestarem acerca do PRJ aprovado em AGC. [Até a data de apresentação destas Informações contábeis intermediárias, não foi proferida decisão pelo Juízo da Recuperação Judicial acerca da homologação do PRJ].

Como consequência da publicação no diário oficial da decisão de homologação do PRJ e concessão da recuperação judicial, todos os créditos sujeitos ao procedimento serão novados, ficando os credores concursais vinculados ao PRJ homologado, nos termos do art. 59, da Lei nº 11.101/2005. Ainda, o Juízo da Recuperação Judicial poderá determinar a manutenção do Grupo Americanas em recuperação judicial até que sejam cumpridas todas as obrigações previstas no Plano que vencerem até, no máximo, 2 anos depois da concessão da recuperação judicial, nos termos do art. 61, da Lei nº 11.101/2005.

O PRJ aprovado e pendente de homologação judicial prevê:

(i) a prospecção e adoção de medidas durante a Recuperação Judicial visando à obtenção de novos recursos através de aumentos de capital (“Aumento de Capital Reestruturação”), com objetivo de assegurar os recursos mínimos necessários para a implementação dos termos e condições de reestruturação dos créditos contemplados no Plano, conforme a seguir:

- a. Valor de R\$ 12 bilhões por meio de subscrição privada de novas ações ordinárias pelos Acionistas de Referência e capitalização de créditos relacionados aos financiamentos de caráter extraconcursal na modalidade *debtor-in-possession* (“DIP”) existentes na data da realização do aumento de capital; e
- b. Valor de até R\$12 bilhões por meio da capitalização de créditos detidos contra a Companhia por parte dos credores.

Destaca-se que será assegurado aos atuais acionistas direito de preferência para a subscrição do Aumento de Capital Reestruturação.


(ii) a reestruturação e equalização do passivo do Grupo Americanas, conforme descrito a seguir:

- a. Credores Trabalhistas (Classe I) e ME e EPP (Classe IV): na forma do art. 45, §3º, da Lei nº 11.101/2005, o Plano não altera o valor ou as condições originais de pagamento dos créditos dos Credores Trabalhistas e dos Credores ME e EPP que serão quitados de acordo com os termos e condições originais de pagamento ou em condições diversas aceitas pelo respectivo Credor;



b. Credores Quirografários (Classe III):

1. Credores com Créditos Quirografários até R\$ 12 mil: Os Credores Quirografários titulares de Créditos Quirografários em Real no valor de até R\$ 12 mil, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, poderão optar por ter seus respectivos Créditos Quirografários integralmente pagos pela Americanas, em parcela única, sem deságio e sem correção;
2. Credores com Créditos Quirografários acima de R\$ 12 mil: A Americanas disponibilizará o montante total de R\$ 40 milhões para o pagamento de Credores Quirografários em Real titulares de Créditos Quirografários em montantes acima de R\$ 12 mil que aceitem receber R\$ 12 mil para a quitação do seu Crédito Quirografário, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano;
3. Credores Fornecedores: Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil e que não optarem por aderir à opção acima, desde que adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano, serão pagos em 48 parcelas mensais iguais, após aplicação de deságio de 50% ao valor total dos Créditos Quirografários;
4. Credores Fornecedores Colaboradores: A Americanas disponibilizará o montante de R\$ 3.7 bilhões para o pagamento de Credores Fornecedores não financeiros que retornaram, até a data de Aprovação do Plano, o fornecimento regular para o Grupo Americanas de produtos para revenda, conforme aplicável, nos volumes, qualidade, sortimento, prazo de entrega e condições previamente acordados com a Companhia, desde que preencham estritamente os requisitos e as condições estabelecidas na Cláusula 6.2.9 do PRJ, observada a ordem de prioridade prevista na Cláusula 6.2.9.3 do Plano. Caso o montante de R\$ 3.7 bilhões não seja suficiente para o pagamento integral dos Credores Fornecedores Colaboradores, a Americanas disponibilizará o montante adicional de R\$ 300 milhões, para o pagamento escalonado do saldo em 60 parcelas adicionais. Na hipótese de restar saldo dos Créditos Quirografários de Credores Fornecedores Colaboradores, referidos valores serão pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
5. Credores Fornecedores de Tecnologia: A Americanas disponibilizará o montante de R\$ 100 milhões para o pagamento de Credores Fornecedores de Tecnologia que preencham os requisitos previstos na Cláusula 6.2.10 do PRJ. Na hipótese de restar saldo dos Créditos Quirografários de Credores Fornecedores de Tecnologia, referidos valores serão pagos conforme as condições gerais previstas para os Credores Fornecedores com créditos quirografários superiores a R\$ 12 mil.
6. Leilão Reverso: O Plano prevê que as Recuperandas realizarão uma rodada de pagamento antecipado àqueles Credores Quirografários que optarem por receber a quitação integral ou de parte de seus Créditos Quirografários com um desconto não inferior a 70% do respectivo montante do Crédito Quirografário, desde que observem os requisitos previstos na Cláusula 6.2.2 do Plano. As Recuperandas utilizarão o valor de R\$ 2 bilhões para o pagamento dos Créditos Quirografários ofertados no contexto do Leilão Reverso.
7. Opção de Reestruturação I: Os Credores Quirografários poderão optar pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, com redução no percentual de 70% e amortização em parcela única em 2039, independentemente de estarem adimplentes com o Compromisso de Não Litigar previsto no Plano.
8. Opção de Reestruturação II: Os Credores Financeiros que assumirem e estiverem adimplentes com seu Compromisso de Não Litigar previsto na Cláusula 11.3 do Plano poderão optar pelo pagamento do saldo remanescente dos seus respectivos Créditos Quirografários, após eventual pagamento de parte dos créditos no contexto do Leilão Reverso, mediante a entrega de pacote composto por:
 1. Novas Ações Capitalização de Créditos a serem emitidas no contexto do Aumento de Capital Reestruturação previsto nas Cláusulas 4.1.2 e 5.1 do PRJ;

- 
- II. Debêntures Americanas, nos termos previstos na Cláusula 6.2.6.3 do Plano, sendo (II.1) Debêntures Americanas – Série Simples, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.1 e 6.2.6.3.3 do Plano, conforme aplicável e (II.2) Debêntures Americanas – Série Prioritária, nos termos previstos nas Cláusulas 6.2.6.3.2 e 6.2.6.3.4 do PRJ, conforme aplicável; e
 - III. Pagamento em dinheiro correspondente à parcela de Recompra Créditos Quirografários, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 6.2.6.4 e 6.2.6.6 do Plano.
 9. Modalidade de Pagamento Geral: Os credores que não optarem por nenhuma das opções de pagamento anteriores ou que se enquadrarem nas hipóteses previstas na Cláusula 6.2.11 do PRJ, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 80% e pagos em parcela única, no mês de março de 2043, nos termos do Plano.
 10. Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência. Os Créditos *Intercompany* e Créditos Acionistas de Referência não poderão participar do Leilão Reverso e serão quitados, após aplicação de deságio de 80%, em apenas uma parcela em 2044; e
 11. Credores *Stock Options*. Os Credores *Stock Options*, mesmo que sejam titulares de Créditos Ilíquidos ou de Créditos Retardatários, terão seus Créditos Quirografários reduzidos no percentual de 93% e serão quitados, após aplicação do deságio, em apenas uma parcela, 30 dias após o envio pelo respectivo Credor *Stock Options* para a Companhia das informações de pagamento.

Como forma de levantamento dos recursos necessários para o cumprimento das obrigações do Plano, o Grupo Americanas (i) deverá promover processos organizados de alienação da unidade de negócio Hortifruti Natural da Terra (“HNT”) e da participação da Companhia no Grupo Uni.Co; (ii) poderá promover processos organizados de alienação dos ativos listados no Anexo 4.1.4 do PRJ sob a forma de UPIs ou não, observado o disposto neste Plano; (iii) poderão onerar bens que integram o ativo permanente (não circulante) das Recuperandas listados no referido Anexo 4.1.4 do PRJ; e (iv) poderão promover a alienação ou oneração de outros Ativos Relevantes, inclusive para fins de garantia em processos judiciais, observadas as limitações estabelecidas na Escritura de Debêntures Americanas, e de quaisquer outros bens integrantes do seu ativo circulante (não permanente). São UPIs definidas no PRJ: HNT, Uni.co, AME e Digital. A Companhia utilizará parte dos recursos provenientes das alienações das UPIs definidas, para maximizar a redução de sua dívida remanescente com os credores aderentes à Opção de Reestruturação II.

A relação de credores do Grupo Americanas foi apresentada pela Administração Judicial Conjunta nos autos da Recuperação Judicial, em sua versão mais recente, no dia 2 de junho de 2023, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei nº 11.101/2005, iniciando o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos, que se encerrou em 29 de junho de 2023. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.101/2005.

Oportunamente, a Administração Judicial Conjunta apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Os credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas (debêntures ou *senior notes*), tiveram a oportunidade de exercer, individualmente, os direitos de petição na Recuperação Judicial e de participação, voz e voto na Assembleia Geral de Credores (“AGC”). Referidos credores detentores de títulos de dívida emitidos pelo Grupo Americanas poderão, ainda, exercer, individualmente, a escolha da sua opção de pagamento nos termos do PRJ, após a publicação da decisão de homologação do Plano.

Em 25 de janeiro de 2023, foi ajuizado o *chapter 15*, processo auxiliar em trâmite na Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque (*U.S. Bankruptcy Court for the Southern District of New York*) para o reconhecimento e aplicação, no território dos Estados Unidos, das decisões emitidas no âmbito da Recuperação Judicial. O pedido foi reconhecido em 3 de março de 2023 (“*Recognition Order*”).

As principais informações acerca do procedimento estão disponíveis no seguinte site “<https://ri.americanas.io/recuperacao-judicial/chapter-15/>”. Após a homologação do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, a Companhia tomará as medidas necessárias para obter o reconhecimento pela Corte de Falências do Distrito Sul de Nova Iorque da decisão homologatória do PRJ no Brasil no âmbito *chapter 15*.



Investigação Independente e Apurações Internas

Conforme noticiado no Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023, os erros em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores perfaziam, conforme se pôde apurar naquele momento, o valor estimado de R\$ 20 bilhões, na data-base de 30 de setembro de 2022. A partir da identificação de tais erros, iniciou-se um amplo processo de apuração, que permitiu que a Companhia identificasse, ainda que preliminarmente, os atos que resultaram em tais distorções.

Após a identificação das inconsistências, a Companhia informou a criação de Comitê Independente pelo Conselho de Administração, em 11 de janeiro de 2023, com integrantes isentos, para apurar (i) a origem, a extensão e o consequente impacto das inconsistências contábeis no resultado do Grupo Americanas; e (ii) quais seriam as medidas a serem adotadas para corrigir as inconsistências contábeis ("Comitê" ou "Comitê Independente"). A Companhia vem colaborando com os trabalhos do Comitê em tudo o que está a seu alcance. Contudo, a Americanas não tem qualquer ingerência sobre a investigação que vem sendo conduzida pelo Comitê e os seus assessores, nem sobre seu cronograma de trabalho.

Ainda, em razão dos efeitos das inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta de fornecedores nas demonstrações financeiras da Companhia relativas a exercícios sociais já encerrados, incluindo o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, seus assessores e seus auditores independentes à época da divulgação das inconsistências contábeis, iniciaram os trabalhos de avaliação das demonstrações financeiras da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2023, com a finalidade de garantir que as demonstrações financeiras reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas. Tais trabalhos foram concluídos e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram apresentadas e divulgadas pela Companhia em 16 de novembro de 2023, que apontou um patrimônio líquido negativo de aproximadamente R\$ 26,7 bilhões ("Demonstrações Financeiras").

No que respeita a investigação em condução pelo Comitê Independente, nesta data, o Comitê Independente ainda não concluiu suas investigações e não apresentou um relatório, mesmo que parcial, sobre elas. Oportunamente, como resultado de seus trabalhos de apuração, o Comitê apresentará suas conclusões ao Conselho de Administração da Companhia, para que esse possa avaliar e deliberar quanto às medidas cabíveis.


No curso das apurações, o Comitê Independente selecionou um conjunto de evidências que considerou relevantes e deu ciência ao Conselho de Administração. Tais evidências, juntamente com outros documentos que foram obtidos pela própria Companhia em seus sistemas durante os trabalhos necessários à elaboração das Demonstrações Financeiras, foram imediatamente submetidos à avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, que, após uma criteriosa análise, produziram o relatório de 12 de junho de 2023, contendo achados preliminares acerca dos fatos narrados no Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023 ("Relatório").

Os documentos analisados indicam que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas vinham sendo fraudadas.

Os documentos que deram origem ao Relatório demonstram ainda os esforços dos envolvidos na fraude para ocultar do Conselho de Administração e do mercado em geral a real situação de resultado e patrimonial da Companhia.

Diante do conjunto de evidências trazidas no Relatório, a Companhia divulgou Fato Relevante em 13 de junho de 2023 descrevendo resumidamente seu entendimento até aquele momento sobre o funcionamento da fraude nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Americanas. Ainda, em Fato Relevante apresentado na sequência, no dia 14 de junho de 2023, informou números preliminares e não auditados acerca do tema. Tais evidências, assim como o referido Relatório, também foram apresentados às autoridades que vêm investigando o assunto, inclusive a Comissão Parlamentar de Inquérito ("CPI"), instaurada para investigar as inconsistências contábeis. A CPI foi encerrada em 27 de setembro de 2023, com a apresentação de relatório final contendo projetos de lei para melhorar a governança corporativa e combater a corrupção em empresas privadas, a fim de mitigar riscos de fraudes. Tal relatório final da CPI foi encaminhado pela Companhia às autoridades competentes, incluindo a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, podendo ser acessado através do seguinte website "camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2334799&filename=REL-A1/2023 CPIAMERI".

As informações do Relatório, associadas aos trabalhos de refazimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas históricas da Companhia realizados pela Americanas e seus assessores financeiros e contábeis, levaram ao entendimento de que a fraude das demonstrações financeiras individuais e consolidadas se dava predominantemente como se segue abaixo.



No caso concreto, as evidências constantes do Relatório mostram que houve uma efetiva fraude pela qual determinados ex-Diretores, por meio de medidas adotadas de forma conjunta com o propósito de contornar os controles internos existentes, manipularam as bases de informações requeridas para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, no que se conhece como “*management override of controls*”. Tais fatos estão sob investigação conduzida pelo Comitê Independente, que ainda está em curso.

Conforme o Relatório, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia indicam que os ex-Diretores, que supostamente participavam do ecossistema de controles internos da Companhia e que tinham entre suas funções justamente implementar e monitorar tais controles, perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Os atos que culminaram na ocorrência das distorções descritas, incluem, principalmente, (i) operações financeiras conhecidas como risco sacado, que não vinham sendo consistentemente refletidas no balanço da Companhia; e (ii) lançamentos indevidos na rubrica Redutores da conta Fornecedores, por meio de contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios, inexistentes (ambas as práticas explicadas adiante).

As operações de risco sacado – também conhecidas como *forfait* ou *confirming* – são relativamente comuns no setor de varejo. Há casos em que, atrelado à operação de risco sacado, a instituição financeira estende o prazo original de pagamento ao fornecedor, atribuindo um prazo adicional de pagamento ao emitente da fatura (no caso do setor de varejo, a varejista). Assim, por meio delas, a instituição financeira assume dívidas da varejista com seu fornecedor, pagando-o imediatamente, e a varejista, posteriormente, paga a dívida à instituição financeira, com juros. São operações legítimas, desde que realizadas com as autorizações exigidas pela lei e pelo estatuto social e adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, de acordo com as normas contábeis vigentes, em linha com as diretrizes emitidas por autoridades governamentais e reguladoras, dentre elas o Banco Central do Brasil – BACEN, bem como, no caso das companhias abertas, pela CVM.


No caso da Americanas, porém, pelo que as investigações apontam até esta data, essas operações vinham sendo realizadas com a contabilização de forma inconsistente com as normas contábeis em vigor e diretrizes emitidas pela CVM, restando ocultas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, além de não contarem com as autorizações societárias exigidas.

Em paralelo, além dos juros incidentes sobre as operações de risco sacado, outros valores eram indevidamente lançados na rubrica Redutores da conta Fornecedores, que zeravam – e com isso ocultavam – as operações de risco sacado na conta Fornecedores. Tais lançamentos consistiam em contratos de VPC (verbas de propaganda cooperada) fictícios, inexistentes.

As VPCs são incentivos comerciais comuns no setor de varejo contratados entre fornecedor e varejistas com a finalidade de divulgar, incentivar o atingimento de metas de vendas ou realizar promoções de determinados produtos, impulsionando suas vendas. Assim, por exemplo, quando a varejista realiza uma estratégia de marketing de um produto (descontos, brindes, anúncios etc.), o fornecedor paga uma certa quantia à varejista, atuando – na prática – como um redutor de custos registrados na conta Fornecedores.

Contudo, os documentos analisados pelos assessores jurídicos da Companhia revelaram que, aparentemente, havia na contabilidade da Americanas diversas operações de VPC sem lastro correspondente, as quais eram lançadas indevidamente na conta Redutores e, com isso, diminuía o Passivo da Companhia decorrente das operações de risco sacado.

Nesse sentido, foram realizados registros contábeis em contas indevidas, em desacordo com as regras contábeis e orientações técnicas da CVM, além de registros contábeis sem lastro, de modo que a situação financeira e patrimonial da Companhia parecesse saudável. A fraude, portanto, tinha duas grandes dimensões: (i) de um lado, uma dimensão de resultado, na qual eram lançadas operações de VPC sem lastro correspondente; (ii) de outro, uma dimensão de caixa, na qual eram contratadas bilionárias operações de risco sacado sem as devidas aprovações previstas em Estatuto da Companhia e conhecimento do Conselho de Administração. As operações de VPC sem lastro reduziam e até anulavam o passivo do risco sacado lançado na conta Fornecedores.



Conforme o Relatório, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia indicam ainda, que a antiga Diretoria da Companhia elaborava dois demonstrativos de resultados da Companhia: um denominado “Visão Interna” – nomenclatura utilizada para representar o resultado efetivo do período (isto é, desconsiderados os registros sem lastro) e outro demonstrativo denominado “Visão Conselho” – nomenclatura utilizada para representar o resultado considerando os registros sem lastro, o qual foi apresentado ao Conselho de Administração da Companhia e ao mercado em geral, bem como a outros órgãos de controle e fiscalização da Companhia, como os Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles da Americanas.

A investigação do Comitê Independente que visa apurar os responsáveis pela fraude, conforme os atos acima descritos, ainda está em curso, não sendo possível antecipar seus resultados e conclusões. A Companhia divulgou através do comunicado ao mercado de 22 de dezembro de 2023, nota de esclarecimento emitida pelo Comitê Independente sobre o andamento e o prazo de conclusão dos trabalhos de investigação.


Governança e Medidas Tomadas pela Companhia

A B3 iniciou, em março de 2023, um processo de *enforcement* para analisar questões relacionadas ao fato relevante divulgado pela Companhia, em 11 de janeiro de 2023, especificamente com relação à observância aos controles internos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao seu regulamento, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 multou administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia, atuais e antigos. A Companhia respeita, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3, dentre vários motivos, por a decisão ter praticamente concluído que o fato de ter havido uma fraude na Companhia seria suficiente para condenar a Companhia e determinados administradores, independentemente de ter ocorrido um caso de *management override of controls* (burla de controles internos) indetectado pelas atividades de fiscalização e auditoria tanto internas quanto externas à época. A decisão também desconsiderou as provas de que a Companhia atendia estritamente todas as normas do Regulamento do Novo Mercado, inclusive as que demandam diligente análise das informações financeiras e contábeis pelos respectivos órgãos internos de controle. Além disso, a decisão proferida findou por instituir uma obrigação de resultado aos órgãos sociais responsáveis, ao invés de uma obrigação de meio, estabelecendo verdadeira responsabilidade objetiva de tais órgãos e seus integrantes, sem sequer analisar a conduta dos conselheiros e dos demais integrantes de órgãos de assessoramento do Conselho de Administração, individual ou coletiva. A Companhia apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarretou a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso. Aguarda-se a decisão da Diretoria Executiva da B3 sobre mencionado recurso. A Companhia também trabalha para atender o mais rápido possível às exigências apresentadas.

Com relação aos seus controles, a Companhia adota processos de gestão de riscos e de controles internos que são divididos em três linhas: (i) a primeira, a área de negócios em si, que tem a responsabilidade de monitorar os seus próprios riscos; (ii) a segunda composta por áreas como a de Controladoria, Riscos e Controles Internos, *Compliance*, Controle e Prevenção de Perdas, Jurídico e Segurança da Informação; e (iii) a terceira, a área de Auditoria Interna. Além desses três níveis, a Americanas também tem um Comitê de Auditoria Estatutário composto por membros independentes, que assessora o Conselho de Administração no monitoramento e controle de qualidade nessa pauta, e um Conselho Fiscal, órgão independente da Administração da Companhia, fiscalizador dos atos de gestão administrativa. No curso normal das suas atividades, a Administração da Companhia revisa anualmente o seu sistema de governança corporativa, visando aprimorá-lo.

A Americanas conta com uma estrutura de governança corporativa alinhada com as práticas de governança do Novo Mercado da B3 e com as recomendações dos principais índices de governança do Brasil, da América Latina e do mundo, tais como ISE, Dow Jones, MSCI, Ranking Merco, dentre outros. Convém lembrar que a Companhia figurou por anos no índice ISE da B3, e também em outros índices de governança internacionais. Um dos focos do Conselho de Administração sempre foi seguir as regras de governança recomendadas por tais certificadores e monitorar e adaptar o ambiente da Companhia conforme a evolução destas práticas ao longo dos anos.

A Companhia também adota, como parte de seu Programa de Integridade, um Código de Ética e Conduta, um Canal de Denúncias terceirizado, disponível a todos os *stakeholders* e supervisionado pelo Comitê de Auditoria, além de políticas de gerenciamento de riscos, de *compliance*, de combate à corrupção, dentre outras. As denúncias realizadas no Canal são tratadas pela área de investigação interna, e, caso seja identificada alguma vulnerabilidade ou fragilidade que precise de tratativa, durante a apuração, é elaborado junto com as áreas de primeira e segunda linha um plano de ação. Até o momento, o resultado das apurações de denúncias não possui impacto sobre as demonstrações financeiras e nessas informações trimestrais da Companhia.



A existência de mecanismos de governança corporativa, no entanto, não blinda uma sociedade contra atos fraudulentos. Como fraudes são atos intencionais, os envolvidos geralmente criam mecanismos, mais ou menos complexos, para desviar ou neutralizar os sistemas de controle, interno e externo, da Companhia. No caso da Americanas, as evidências encontradas pelos assessores jurídicos da Companhia e constantes do Relatório levam a crer que as áreas internas de governança (tais como Comitês, Conselho Fiscal, entre outros participantes do sistema de controles) também receberam informações manipuladas, ou seja, documentos com visões diferentes das visões e resultados reais, criados pelos envolvidos justamente para desviar ou neutralizar o sistema de controle existente. De fato, segundo indicam as evidências constantes do Relatório, no caso concreto houve um efetivo “*management override of controls*” pelo qual ex-Diretores perpetraram fraudes, através, dentre outros, de registros financeiros fictícios e de registros indevidos, o que levou às inconsistências nas demonstrações financeiras, apesar dos controles internos existentes.

Após a publicação do Fato Relevante de 11 de janeiro de 2023, a Companhia instituiu um Comitê Independente para apurar as circunstâncias que ocasionaram as inconsistências contábeis então identificadas, com todos os poderes necessários para a condução de seus trabalhos. Além disso, foram implementadas medidas com o objetivo de garantir a preservação de informações e documentos da Companhia, tudo com o objetivo de contribuir plenamente com as apurações em curso e com as autoridades envolvidas. E ainda, a nova Diretoria da Companhia está empenhada em continuar fortalecendo a estrutura de governança corporativa e a cultura de atuação baseada na observância dos valores e os princípios éticos.

Além disso, a Companhia vem colaborando integralmente com todas as investigações que vêm sendo realizadas pelos órgãos reguladores e autoridades competentes, inclusive a Comissão de Valores Mobiliários, a B3, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e atenderá de forma diligente às determinações que surjam a partir das investigações conduzidas pelas autoridades competentes, com relação as quais a Companhia a princípio não tem acesso, por serem conduzidas em segredo de justiça.

Diante do Relatório apresentado pelos assessores da Companhia, o Conselho de Administração deliberou o desligamento/destituição imediata das pessoas cujos nomes foram mencionados no Relatório e que ainda estavam ligados, em qualquer medida, à Companhia.

O Conselho de Administração também orientou a Companhia e os assessores a apresentar o Relatório a todas as autoridades competentes e avaliar as medidas visando ao ressarcimento dos danos causados pelas fraudes em suas demonstrações financeiras.

Com a continuidade das investigações, caso haja a identificação de outras pessoas envolvidas com tais fatos, a Companhia avaliará as medidas cabíveis em relação a outros potenciais responsáveis.

Ainda como contramedidas, visando a fortalecer os mecanismos de controles, a Companhia contratou consultorias especializadas para avaliar efetividade dos controles para preservação de dados e também para recomendar melhorias para a atuação da segunda e da terceira linha e para o diagnóstico do ambiente de controles internos, revisão da metodologia de riscos, incluindo a materialidade e revisão dos processos priorizados das frentes financeira, contábil, comercial, *Information Technology General Controls* e *cyber* sob a ótica de riscos e controles. Está em andamento também um projeto multidisciplinar para implementação de controles mitigatórios a potenciais riscos de novas fraudes em face às informações obtidas até o momento referentes à fraude materializada. Além disso, as iniciativas de treinamento e comunicação dos times foram fortalecidas como transmissão de *lives* com convidados internos, incluindo a Alta Liderança da Companhia, e externos com temas relacionados a riscos e controles internos, ética e integridade como base para a transformação, combate ao assédio no ambiente de trabalho, dentre outras. Destaque especial para a *live* específica conduzida pelo CEO da empresa terceirizada, responsável pelo Canal de Denúncias da Companhia, para reforçar o funcionamento do Canal e o fluxo de apuração, garantindo o anonimato, a imparcialidade e a independência do Canal.



2. Reapresentação das informações trimestrais por retificação de erros (IAS 08 – CPC 23)

(a) Reapresentação dos valores referentes aos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2022

Como resultado da aplicação de procedimentos, pautada pelo (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, de levantamento de dados e informações, com auxílio de especialistas externos de investigação forense, para verificar os erros contábeis nas informações trimestrais para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2022, corrigiram-se os lançamentos contábeis inconsistentes referentes às operações de risco sacado, bem como dos valores lançados na rubrica Redutores da conta Fornecedores referentes aos contratos de VPC sem lastro correspondente datados de tais períodos. Além disso, durante o processo de elaboração destas informações contábeis intermediárias, a Companhia também identificou outros impactos que também requereram ajustes retrospectivos nas suas informações trimestrais referentes a esses períodos de 2022.

Os impactos dos erros nas informações trimestrais individuais e consolidadas dos períodos de seis e três meses findo em 30 de junho de 2022, cifras comparativas, estão sendo corrigidos e reapresentados. As informações trimestrais referentes aos períodos ora mencionados, anteriormente divulgadas, estão sendo reapresentadas.

A apuração dos ajustes, direta ou indiretamente, relativos às fraudes, aos erros e aos seus efeitos em outros itens das informações trimestrais foi resultado da execução de diversos procedimentos efetuados nas principais contas contábeis operacionais, incluindo:

- 1) Baixa do VPC (Verba de propaganda cooperada): Foram identificados VPCs fictícios contabilizados de diversas formas em 22 diferentes categorias. A correção foi feita removendo-as de contas como mercadoria vendida, contas a receber, imobilizado, intangível e fornecedores.
- 2) Despesas de folha de pagamento capitalizadas: Despesas com folha que haviam sido indevidamente capitalizadas foram corrigidas e registradas no resultado operacional.
- 3) Encargos financeiros das operações de risco sacado: Custos dessas operações, que estavam registrados como redutores da conta de fornecedores, foram corretamente realocados para encargos financeiros.
- 4) Revisão das bases de contratos de aluguel: As bases contratuais de aluguel passaram por revisão, considerando ajustes de renovações, extensão do benefício de direito de uso e revisão das taxas de desconto de arrendamento.
- 5) Baixa de imposto de renda diferido ativo: Foi necessário a baixa do imposto de renda diferido ativo, considerando a real expectativa da Companhia, desde aquela época, em não apurar lucro tributável futuro.
- 6) Reconhecimento de contratos de parceria: Corrigimos um reconhecimento anterior de receitas de contratos de garantia estendida, onde as obrigações não estavam completamente satisfeitas.
- 7) Ajustes de ressarcimentos e reapurações de impostos: Identificamos e corrigimos ajustes relacionados a impostos como ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL
- 8) Reclassificação entre despesa e custo: Foram identificados saldos relacionados a custo classificados como despesa, realizamos a reclassificação de despesa para custo.
- 9) Reavaliação dos cálculos de *impairment*: Realização de uma reavaliação abrangente dos cálculos de *impairment*, considerando a real situação financeira e patrimonial da Companhia.

Demonstração do Resultado
Período de seis findo em 30 de junho de 2022
(Em milhões de reais)

Conciliação da demonstração do resultado da Controladora para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022:

	30/06/2022	1	2	3	4	5	6	7	8	Outros	Controladora 30/06/2022 (Reapresentado)
	Publicado	Ajuste									
Receita operacional líquida	12.235	-	-	-	-	-	6	-	-	(94)	12.147
(-) Custo das mercadorias e serviços	(8.470)	(1.810)	-	-	-	-	-	(240)	-	134	(10.386)
Lucro bruto	3.765	(1.810)	-	-	-	-	6	(240)	-	40	1.761
Vendas	(2.069)	-	-	-	76	-	(2)	-	-	21	(1.974)
Gerais e administrativas	(1.090)	118	(165)	-	49	-	-	(214)	-	1	(1.301)
Resultado de equivalência patrimonial	(89)	-	(108)	-	-	15	-	-	-	-	(182)
Outras despesas operacionais líquidas	121	-	-	-	(7)	-	-	-	-	26	140
	(3.127)	118	(273)	-	118	15	(2)	(214)	-	48	(3.317)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	638	(1.692)	(273)	-	118	15	4	(454)	-	88	(1.556)
Receitas financeiras	228	-	-	-	-	-	-	-	-	-	228
Despesas financeiras	(1.220)	-	-	(1.376)	(194)	-	-	22	-	(79)	(2.847)
Resultado financeiro	(992)	-	-	(1.376)	(194)	-	-	22	-	(79)	(2.619)
Prejuízo antes do IR e CS	(354)	(1.692)	(273)	(1.376)	(76)	15	4	(432)	-	9	(4.175)
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferidos	119	-	-	-	-	-	-	-	-	1	120
	119	-	-	-	-	-	-	-	-	1	120
Prejuízo líquido	(235)	(1.692)	(273)	(1.376)	(76)	15	4	(432)	-	10	(4.055)

Demonstração do Resultado
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2022
(Em milhões de reais)

Conciliação da demonstração do resultado do Consolidado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022:

	30/06/2022	1	2	3	4	5	6	7	8	Outros	Consolidado 30/06/2022 (Reapresentado)
	Publicado	Ajuste									
Receita operacional líquida	13.462	-	-	-	-	-	6	-	-	(94)	13.374
(-) Custo das mercadorias e serviços	(9.308)	(1.810)	-	-	-	-	-	(240)	-	134	(11.224)
Lucro bruto	4.154	(1.810)	-	-	-	-	6	(240)	-	40	2.150
Vendas	(2.388)	-	-	-	76	-	(2)	-	279	23	(2.012)
Gerais e administrativas	(1.251)	118	(166)	-	49	-	-	(214)	(279)	(1)	(1.744)
Resultado de equivalência patrimonial	5	-	(108)	-	-	15	-	-	-	-	(88)
Outras despesas operacionais líquidas	71	-	-	-	(7)	-	-	-	-	28	92
	(3.563)	118	(274)	-	118	15	(2)	(214)	-	50	(3.752)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	591	(1.692)	(274)	-	118	15	4	(454)	-	90	(1.602)
Receitas financeiras	331	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	328
Despesas financeiras	(1.350)	-	-	(1.376)	(194)	-	-	22	-	(76)	(2.974)
Resultado financeiro	(1.019)	-	-	(1.376)	(194)	-	-	22	-	(79)	(2.646)
Prejuízo antes do IR e CS	(428)	(1.692)	(274)	(1.376)	(76)	15	4	(432)	-	11	(4.248)
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)
Diferidos	200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200
	193	-	-	-	-	-	-	-	-	-	193
Prejuízo líquido	(235)	(1.692)	(274)	(1.376)	(76)	15	4	(432)	-	11	(4.055)

Demonstração do Resultado
Período de três findo em 30 de junho de 2022
(Em milhões de reais)

Conciliação da demonstração do resultado da Controladora para o período de três meses findo em 30 de junho de 2022:

	30/06/2022	1	2	3	4	5	6	7	8	Outros	Controladora 30/06/2022 (Reapresentado)
	Publicado	Ajuste									
Receita operacional líquida	6.083	-	-	-	-	-	3	-	-	(104)	5.982
(-) Custo das mercadorias e serviços	(4.238)	(659)	-	-	-	-	-	(26)	-	104	(4.819)
Lucro bruto	1.845	(659)	-	-	-	-	3	(26)	-	-	1.163
Vendas	(936)	-	-	-	44	-	-	-	-	(3)	(895)
Gerais e administrativas	(586)	59	(83)	-	23	-	-	-	-	1	(586)
Resultado de equivalência patrimonial	23	-	(55)	-	-	15	-	-	-	-	(17)
Outras despesas operacionais líquidas	(5)	-	-	-	(3)	-	-	-	-	5	(3)
	(1.504)	59	(138)	-	64	15	-	-	-	3	(1.501)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	341	(600)	(138)	-	64	15	3	(26)	-	3	(338)
Receitas financeiras	114	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114
Despesas financeiras	(667)	-	-	(816)	(94)	-	-	32	-	(47)	(1.592)
Resultado financeiro	(553)	-	-	(816)	(94)	-	-	32	-	(47)	(1.478)
Prejuízo antes do IR e CS	(212)	(600)	(138)	(816)	(30)	15	3	6	-	(44)	(1.816)
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	17	-	-	-	-	-	-	(38)	-	-	(21)
Diferidos	97	-	-	-	-	-	-	-	-	1	98
	114	-	-	-	-	-	-	(38)	-	1	77
Prejuízo líquido	(98)	(600)	(138)	(816)	(30)	15	3	(32)	-	(43)	(1.739)

Demonstração do Resultado
Período de três meses findo em 30 de junho de 2022
(Em milhões de reais)

Conciliação da demonstração do resultado do Consolidado para o período de três meses findo em 30 de junho de 2022:

	30/06/2022	1	2	3	4	5	6	7	8	Outros	Consolidado 30/06/2022 (Reapresentado)
	Publicado	Ajuste									
Receita operacional líquida	6.697	-	-	-	-	-	3	-	-	(104)	6.596
(-) Custo das mercadorias e serviços	(4.606)	(659)	-	-	-	-	-	(27)	-	104	(5.188)
Lucro bruto	2.091	(659)	-	-	-	-	3	(27)	-	-	1.408
Vendas	(1.075)	-	-	-	44	-	-	-	145	(1)	(887)
Gerais e administrativas	(665)	59	(84)	-	23	-	-	-	(145)	(1)	(813)
Resultado de equivalência patrimonial	4	-	(55)	-	-	15	-	-	-	2	(34)
Outras despesas operacionais líquidas	(46)	-	-	-	(3)	-	-	-	-	4	(45)
	(1.782)	59	(139)	-	64	15	-	-	-	4	(1.779)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	309	(600)	(139)	-	64	15	3	(27)	-	4	(371)
Receitas financeiras	173	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	170
Despesas financeiras	(730)	-	-	(816)	(94)	-	-	32	-	(43)	(1.651)
Resultado financeiro	(557)	-	-	(816)	(94)	-	-	32	-	(46)	(1.481)
Prejuízo antes do IR e CS	(248)	(600)	(139)	(816)	(30)	15	3	5	-	(42)	(1.852)
Imposto de renda e contribuição social											
Correntes	13	-	-	-	-	-	-	(37)	-	-	(24)
Diferidos	137	-	-	-	-	-	-	-	-	-	137
	150	-	-	-	-	-	-	(37)	-	-	113
Prejuízo líquido	(98)	(600)	(139)	(816)	(30)	15	3	(32)	-	(42)	(1.739)

Demonstração do Resultado Abrangente



Período de seis meses findo em 30 de junho de 2022
(Em milhões de reais)

Conciliação da demonstração do resultado abrangente para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022:

	Controladora		Consolidado		
	30/06/2022	Ajustes	30/06/2022	Ajustes	30/06/2022
			Reapresentado		Reapresentado
Prejuízo do período	(235)	(3.820)	(4.055)	(235)	(4.055)
Outros resultados abrangentes					
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(581)	-	(581)	(581)	(581)
Efeitos tributários	88	-	88	88	88
Variação cambial de investida no exterior	(2)	-	(2)	(2)	(2)
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do período em períodos subsequentes	(495)	-	(495)	(495)	(495)
Total do resultado abrangente	(730)	(3.820)	(4.550)	(730)	(4.550)



Demonstração do Resultado Abrangente
Período de três meses findo em 30 de junho de 2022
(Em milhões de reais)

Conciliação da demonstração do resultado abrangente para o período de três meses findo em 30 de junho de 2022:

	Controladora			Consolidado		
	30/06/2022	Ajustes	30/06/2022 Reapresentado	30/06/2022	Ajustes	30/06/2022 Reapresentado
Prejuízo do período	(98)	(1.641)	(1.739)	(98)	(1.641)	(1.739)
Outros resultados abrangentes						
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(174)	-	(174)	(174)	-	(174)
Efeitos tributários	50	-	50	50	-	50
Variação cambial de investida no exterior	3	-	3	3	-	3
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do período em períodos subsequentes	(121)	-	(121)	(121)	-	(121)
Total do resultado abrangente	(219)	(1.641)	(1.860)	(219)	(1.641)	(1.860)

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido
 Período de seis meses findo em 30 de junho de 2022
 (Em milhões de reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
Patrimônio Líquido originalmente apresentado em 30 de junho de 2022	15.106	15.106	Ref.
Ajuste VPC	(19.566)	(19.566)	1
Ajuste Folha de Pagamento Capitalizada	(485)	(485)	2
Ajuste Encargos Financeiros Risco Sacado	(3.095)	(3.095)	3
Ajuste Arrendamentos	(473)	(473)	4
Provisão de impostos diferidos	(2.141)	(2.141)	5
Contratos de parcerias	(276)	(276)	6
Impostos a Recuperar	(564)	(564)	7
Provisão para <i>Impairment</i>	(4.324)	(4.324)	9
Outros	(1.428)	(1.428)	Outros
Patrimônio Líquido reapresentado em 30 de junho de 2022	<u>(17.246)</u>	<u>(17.246)</u>	

Demonstração do Fluxo de Caixa
 Período de seis meses findo em 30 de junho de 2022
 (Em milhões de reais)

Conciliação da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022:

	Controladora		Consolidado		Ref.		
	30/06/2022 Publicado	Ajuste	30/06/2022 Reapresentado	30/06/2022 Reapresentado			
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Prejuízo do período	(235)	(3.820)	(4.055)	(235)	(3.820)	(4.055)	
Resultado líquido ajustado	1.303	(4.062)	(2.759)	1.436	(4.013)	(2.577)	2 e 5
Redução (aumento) nos ativos operacionais	2.113	39	2.152	2.094	42	2.136	7
Aumento(redução) nos passivos operacionais / Juros e Impostos pagos	(3.932)	3.494	(438)	(3.935)	3.489	446	1
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(516)	(529)	(1.045)	(405)	(482)	(887)	
Atividades de investimento							
Fluxo de caixa de atividades de investimento	(526)	244	(282)	(1.138)	243	(895)	2
Atividades de financiamento							
Fluxo de caixa de atividades de financiamento	983	233	1.216	1.318	187	1.505	4
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(59)	(52)	(111)	(225)	(52)	(277)	

Demonstração do Valor Adicionado
Período seis meses findo em 30 de junho de 2022
(Em milhões de reais)

Conciliação da demonstração do valor adicionado (informação suplementar) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022:

	30/06/2022		Controladora		Consolidado	
	Publicado	Ajuste	30/06/2022 (Reapresentado)	30/06/2022 Publicado	Ajuste	30/06/2022 (Reapresentado)
Receitas	14.602	(47)	14.555	16.044	(47)	15.997
Insumos Adquiridos de Terceiros	(11.665)	(1.695)	(13.360)	(12.580)	(1.691)	(14.271)
Valor Adicionado Bruto	2.937	(1.742)	1.195	3.464	(1.738)	1.726
Depreciação e Amortização	(875)	167	(708)	(991)	165	(826)
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.062	(1.575)	487	2.473	(1.573)	900
Valor Adicionado Recebido em Transferência						
Resultado de equivalência patrimonial	(88)	(94)	(182)	4	(92)	(88)
Receitas financeiras	228	-	228	331	(3)	328
Valor Adicionado Total a distribuir	2.202	(1.669)	533	2.808	(1.668)	1.140
Distribuição do Valor Adicionado						
Pessoal	694	118	812	1.047	118	1.165
Impostos, taxas e contribuições	453	485	938	544	485	1.029
Remuneração de capitais de terceiros	1.290	1.548	2.838	1.452	1.549	3.001
Remuneração de Capitais Próprios	(235)	(3.820)	(4.055)	(235)	(3.820)	(4.055)
Distribuição do valor adicionado	2.202	(1.669)	533	2.808	(1.668)	1.140



3. Políticas contábeis materiais

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o período findo em 30 de junho de 2023, não ocorreram mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

3.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, com exceção da integral aplicabilidade do CPC 01 R1 e IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, desde a preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que possuem reflexos em relação a essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, uma vez que, devido as inconsistências contábeis, premissas de negócios sem fundamentação e base adequada à época, a Companhia, com auxílio de assessoria especializada, desenvolveu um modelo de avaliação mais razoável, atual e compatível a situação de negócio, utilizando números mais recentes e corrigidos.

Em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e na avaliação da Administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas abaixo não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações contábeis intermediárias se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas não apresentadas:

- Práticas e políticas contábeis;
- Estimativas e julgamentos contábeis críticos;
- Adiantamento recebido de clientes; e
- Cobertura de seguros.

(a) Autorização de emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

A emissão destas informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2024.

(b) AME DIGITAL

A Controlada Ame Digital Brasil Instituição de Pagamento “Ame”, plataforma financeira da Companhia, recebeu, em 06 de outubro de 2022, autorização do Banco Central do Brasil “Bacen” para operar como Instituição de pagamento, nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, sendo constituída uma holding financeira no Grupo. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Ame passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em conformidade com os critérios exigidos pelo Bacen. Para fins de consolidação das informações contábeis intermediárias da Ame, pela Companhia, estas estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.



3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. As informações contábeis intermediárias são apresentadas em milhões de reais, arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas alteradas e interpretações efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 não impactaram essas informações contábeis intermediárias da Companhia. Adicionalmente, há normas emitidas e revisadas as quais tem sua adoção a partir do exercício de 2024. A Companhia está avaliando essas emissões e atualizações e não espera impactos relevantes em suas Informações contábeis intermediárias. Abaixo apresentamos os principais temas aplicáveis ao negócio da Companhia:

- Alteração promovida no IAS 8 (CPC 23 R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a qual introduz novos conceitos de estimativas contábeis. As alterações estabelecem distinções entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Define novas técnicas de medição para sustentar as estimativas contábeis estabelecidas pela Companhia. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração promovida no IAS 1 - Classificação de passivos como circulante e não circulante. As alterações visam dar mais subsídios a Companhia para determinar, no balanço patrimonial, a classificação consistente de empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta se devem ser classificados como circulantes ou não circulantes, minimizando risco de quebra de *covenants*. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Alteração promovida no IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamentos com fornecedores. Tem por objetivo básico estabelecer que os fornecedores que transacionam operações com a Companhia, forneçam informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamento dessas operações. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.
- Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023 (“Resolução 193”), a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2:
- IFRS S1 (*General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade;
- IFRS S2 (*Climate-related Disclosures*) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima incorpora as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (“TCFD”) e métricas derivadas dos padrões SASB referem-se as aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo utiliza instrumentos de proteção, descontinuados no período de 2023, para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

O Grupo não possui *swaptions*, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. O Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.



(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

Até dia 12 de janeiro de 2023, o Grupo se utilizava de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras. Com a cautelar emitida em 12 de janeiro de 2023, todas as operações de *swaps* em vigor naquele momento foram desmontadas, algumas delas com as respectivas liquidações financeiras efetivadas e outras gerando saldos líquidos passivos para a Companhia, junto às instituições financeiras contrapartes das operações, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 23 de dezembro de 2023. Portanto, a partir do desmonte das operações de *swap*, a Companhia passou a ficar com as suas dívidas em moeda estrangeira totalmente expostas à variação cambial.

(ii) Risco de variação de índices financeiros

- *Hedge accounting - Swaps debêntures (registrados na conta de debêntures) – Nota 5.4:*

Conforme mencionado no parágrafo anterior, a partir de 12 de janeiro de 2023, com o desmonte de todas as suas operações de *swap*, as dívidas em moeda estrangeiras e as atualizadas por índice financeiro (IPCA) da Companhia passaram a ficar expostas à variação cambial e a esses índices, não atendendo mais aos critérios de contabilidade de *hedge accounting*.

(iii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar as aplicações de caixa, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País, que são substancialmente (cerca de 91% do total), indexados à variação do CDI e a variação do IPCA. Adicionalmente, em fevereiro de 2023, a Companhia obteve empréstimo junto aos seus acionistas de referência em forma de DIP, também indexado à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI e no IPCA (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, descontinuados no período de 2023, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em uma modelagem interna que considera variáveis como classificação de *rating* e tamanho do Patrimônio Líquido das contrapartes. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de grande parte das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisão de perda de crédito estimada em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2023				
Fornecedores	5.355	-	-	-
Risco Sacado	15.877	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	31	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios – opção de compra	116	-	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	23.387	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1.050	1.002	2.608	4.966
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2023				
Fornecedores	5.536	-	-	-
Risco Sacado	15.877	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios	257	-	-	-
Contas a pagar de combinação de negócios – opção de compra	116	-	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures	21.592	-	-	-
Arrendamentos a pagar	1.066	1.014	2.626	4.972

(d) Análise de sensibilidade adicional

A dívida líquida estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Dívida líquida:				
Caixa e equivalentes de caixa	1.495	2.413	1.584	2.477
Títulos e valores mobiliários	1.778	2.260	2.439	3.640
Risco Sacado	(15.877)	(15.910)	(15.877)	(15.910)
Empréstimos e financiamentos	(9.729)	(9.366)	(14.954)	(17.386)
Debêntures	(13.658)	(11.658)	(6.638)	(5.363)
	<u>(35.991)</u>	<u>(32.261)</u>	<u>(33.446)</u>	<u>(32.542)</u>
Taxa do CDI na data de fechamento	13,65%	-	13,65%	-
Taxa do CDI final estimada divulgada pelo Bacen	11,65%	-	11,65%	-
Taxa do IPCA na data de fechamento	5,96%	-	5,96%	-
Taxa do IPCA final estimada divulgada pelo Bacen	4,46%	-	4,46%	-
Taxa do US\$ na data de fechamento	4,82	-	4,82	-
Taxa do US\$ final estimada divulgada pelo Bacen	4,84	-	4,84	-

(i) Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI e IPCA

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 30 de junho de 2023	13,65%	13,65%	13,65%
Caixa líquido	(11.602)	(11.602)	(11.602)
Taxa anual estimada do CDI em 2023	11,65%	14,56%	17,48%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	(232)	-	-
Aumento	-	106	444

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 30 de junho de 2023	13,65%	13,65%	13,65%
Caixa líquido	(16.154)	(16.154)	(16.154)
Taxa anual estimada do CDI em 2023	11,65%	14,56%	17,48%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	(323)	-	-
Aumento	-	147	618

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do IPCA em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do IPCA em 30 de junho de 2023 - %	5,96%	5,96%	5,96%
Caixa líquido	(8.206)	(8.206)	(8.206)
Taxa anual estimada do IPCA em 2023 - %	4,46%	5,58%	6,69%
Efeito anual na dívida bruta:			
Redução	(123)	(32)	-
Aumento	-	-	60

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do IPCA em 30 de junho de 2023 - %	5,96%	5,96%	5,96%
Caixa líquido	(1.109)	(1.109)	(1.109)
Taxa anual estimada do IPCA em 2023 - %	4,46%	5,58%	6,69%
Efeito anual na dívida bruta:			
Redução	(17)	(4)	-
Aumento	-	-	8

(ii) Análise de sensibilidade à variação cambial

Conforme Nota 4.1, a partir de 12 de janeiro de 2023, com o desmonte de todas as suas operações de swap, as dívidas em moeda estrangeiras da Companhia passaram a ficar totalmente expostas à variação cambial.

Operação	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do US\$ em 30 de junho de 2023	4,82	4,82	4,82
Caixa líquido	(306)	(306)	(306)
Taxa anual estimada do US\$ em 2023	4,84	6,05	7,26
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	1	78	155

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do US\$ em 30 de junho de 2023	4,82	4,82	4,82
Caixa líquido	(306)	(306)	(306)
Taxa anual estimada do US\$ em 2023	4,84	6,05	7,26
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	1	78	155

4.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados. O Grupo monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares. O Grupo utiliza abordagem de mercado para estimar o valor justo de seus instrumentos financeiros.

O Grupo aplica o CPC 46/IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (Nível 1) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- (Nível 3) *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).



A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2023:

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Fundo de Investimento - FIDC	-	25	-	25
CDB	-	775	-	775
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	1.442	-	1.442
Contas a receber de clientes	-	2.557	-	2.557
Total do ativo	-	4.799	-	4.799
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	306	-	306
Contas a pagar de combinação de negócios - opção de compra	-	-	116	116
Total do passivo	-	306	116	422

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022.

				Consolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Fundo de Investimento - FIDC	-	44	-	44
CDB	-	3.603	-	3.603
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	2.227	-	2.227
Contas a receber de clientes	-	4.815	-	4.815
Total do ativo	-	10.689	-	10.689
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	324	-	324
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de Bond's	-	1.708	-	1.708
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap de Debêntures	-	(30)	-	(30)
Derivativos <i>de hedge accounting</i> – swap	-	(56)	-	(56)
Contas a pagar de combinação de negócios - opção de compra (i)	-	-	116	116
Total do passivo	-	1.946	116	2.062

Não existem ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a acordo de compensações.

4.4 "Hedge accounting"

A Companhia e suas controladas efetuaram a emissão de títulos de dívida, Bond's no exterior e no mercado interno debêntures, os quais possuem exposição a riscos relacionados às oscilações de moeda estrangeira e índices de inflação. Em decorrência da medida cautelar de 12 de janeiro de 2023, todas as operações de swaps que trocavam, pelo CDI, a exposição cambial e de índices inflacionários (IPCA) dos empréstimos, em vigor naquele momento, foram descontinuadas. Com isso, os títulos de dívida, Bond's no exterior e no mercado interno debêntures, sujeitos aos efeitos de variação cambial e atualizações pelas variações dos índices inflacionários (IPCA) da Companhia, passam a reconhecer integralmente os efeitos mensais dessas variações no resultado do período. Anterior a citada medida cautelar, a Companhia e suas controladas faziam o uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco das oscilações das variações do câmbio e dos índices atrelados à inflação utilizando a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), classificadas na categoria de "cash flow", baseada no CPC 48/IFRS 9. Os efeitos da valorização ou desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção eram e, permanecem, registrados em contrapartida na rubrica Outros resultados abrangentes (*hedge* de fluxo de caixa), no patrimônio líquido, até a efetiva liquidação das transações a quem deram origem.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado			
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
Em 30 de junho de 2023				
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa	-	2.242	-	2.242
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	1.050	2.557	-	3.607
Recursos em caixa e bancos	1.781	-	-	1.781
	<u>2.831</u>	<u>4.799</u>	<u>-</u>	<u>7.630</u>
Passivos				
Empréstimos				
Moeda nacional	9.769	-	-	9.769
Moeda estrangeira	4.879	306	-	5.185
Risco Sacado	15.877	-	-	15.877
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	12.661	-	-	12.661
Contas a pagar de combinação de negócios	257	116	-	373
Debêntures	6.638	-	-	6.638
	<u>50.081</u>	<u>422</u>	<u>-</u>	<u>50.503</u>
Consolidado				
	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado abrangente	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa	-	5.874	-	5.874
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	770	4.815	-	5.585
Recursos em caixa e bancos	243	-	-	243
	<u>1.013</u>	<u>10.689</u>	<u>-</u>	<u>11.702</u>
Passivos				
Empréstimos				
Moeda nacional	10.245	-	-	10.245
Moeda estrangeira	5.165	324	-	5.489
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	(56)	1.708	1.652
Risco Sacado	15.910	-	-	15.910
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	15.465	-	-	15.465
Contas a pagar de combinação de negócios	257	116	-	373
Debêntures	5.393	-	-	5.393
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	-	-	(30)	(30)
	<u>52.435</u>	<u>384</u>	<u>1.678</u>	<u>54.497</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Recursos em caixa	184	179	273	243
Certificados de Depósito Bancário - CDB's/Aplicações automáticas (i)	477	2.234	477	2.234
Compromissadas (ii)	149	-	149	-
Letras Financeiras do Tesouro (iii)	685	-	685	-
	<u>1.495</u>	<u>2.413</u>	<u>1.584</u>	<u>2.477</u>

(i) Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 106% do CDI em 30 de junho de 2023 (de até 106% do CDI em 31 de dezembro de 2022), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

(ii) As compromissadas, integralmente de instituições financeira de primeira linha, são remuneradas a uma taxa de até 90,0% do CDI em 30 de junho de 2023. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

(iii) As Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas a aproximadamente 100% do CDI em 30 de junho de 2023. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's (i)	51	1.173	298	1.369
Letras Financeiras	1.507	875	1.967	1.084
Cotas subordinadas (Fênix-FIDC (a))	185	178	-	-
Cotas FIDC (demais carteiras (b))	-	-	25	44
Fundos de renda fixa (ii)	35	34	149	1.143
	<u>1.778</u>	<u>2.260</u>	<u>2.439</u>	<u>3.640</u>
Parcela do circulante	1.778	2.082	2.414	3.596
Parcela do não circulante	-	178	25	44

(i) Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 106% do CDI em 30 de junho de 2023 (de até 106% do CDI em 31 de dezembro de 2022), na controladora e consolidado. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

(ii) Controladora e controladas aplicam em Fundos administrados por instituições financeiras de primeira linha, basicamente títulos públicos federais, debêntures e certificados de depósito bancário, podendo ser negociados a qualquer momento.

(a) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fênix FIDC do Varejo II ("FIDC II"), é formado por quotas subordinadas e quotas sênior. A Companhia, detentora das cotas subordinadas do FIDC II decretou recuperação judicial em 19 de janeiro de 2023 (nota 1).

O "Fênix FIDC do Varejo II", iniciou suas operações em fevereiro de 2019, e emitiu 1.100.000 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.017.500 cotas seniores com rentabilidade alvo teto correspondente a 106,5% da variação do DI e 82.500 cotas subordinadas de propriedade da Companhia. Em 18 de fevereiro de 2022 o Fundo emitiu mais 1.081.100 cotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.000.000 cotas seniores com rentabilidade alvo teto correspondente a CDI + 1,5% da variação do DI e 81.100 cotas subordinadas de propriedade da Companhia.

A estrutura do Fênix FIDC do Varejo II, bem como a remuneração das cotas está assim representada:

Cotas	Quantidade	%	30/06/2023	31/12/2022	Benchmark – DI
Sênior	2.018	0,00%	-	2.129	CDI + 1,5%
Subordinada	162	100,00%	185	178	-
		<u>100,00%</u>	<u>185</u>	<u>2.307</u>	



Balancos Patrimoniais em:

	30/06/2023	31/12/2022
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	107	1.143
Contas a receber - Americanas S.A. Em Recuperação Judicial	77	1.161
Outros	1	3
Total do ativo	185	2.307
Passivo		
Financiamentos (Não circulante)	-	2.129
Patrimônio líquido	185	178
Total do passivo e patrimônio líquido	185	2.307

Demonstrações dos resultados nos períodos findos em:

	30/06/2023	30/06/2022
Receitas financeiras	12	6
Despesas financeiras	(5)	(1)
Lucro dos períodos	7	5

(b) Cotas FIDC da Controlada Ame Digital

(i) Faísca Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

A Controlada detém 41.427 cotas em 30 de junho de 2023 (41.427 cotas em 31 de dezembro de 2022), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(ii) Spinner Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

A Controlada detém 439 cotas em 30 de junho de 2023 (1.386 cotas em 31 de dezembro de 2022), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que suas Cotas pudessem ser resgatadas durante o prazo de duração do Fundo, em conformidade com o disposto no Regulamento. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(iii) Foco Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado

A Controlada detém 29.320 cotas em 30 de junho de 2023 (29.319 cotas em 31 de dezembro de 2022), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(iv) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Futuro

A Controlada detém 96.569 cotas em 30 de junho de 2023, (88.602 cotas em 31 de dezembro de 2022), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(v) Sav Nexoo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

A Controlada detém 1.004 cotas Mezanino e 49.714 cotas Sênior em 30 de junho de 2023 (1.004 cotas Mezanino e 49.714 cotas Sênior em 31 de dezembro de 2022), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

(vi) Foca Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

A Controlada detém 39.193.535 cotas em 30 de junho de 2023 (10.120.569 cotas em 31 de dezembro de 2022), que tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios de terceiros, e os demais em Ativos Financeiros. É constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas ao término do prazo, em conformidade com o disposto em regulamento ou em virtude de sua liquidação. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do Fundo.

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Cartões de crédito (i)	1.519	2.226	1.870	3.675
Carteira Digital (ii) (nota 11)	928	1.456	-	-
Fundo de Investimento – FIDC	63	1.161	139	1.161
Débitos eletrônicos e outros meios de pagamento	37	28	104	136
Demais contas a receber (iii)	116	173	482	542
	<u>2.663</u>	<u>5.044</u>	<u>2.595</u>	<u>5.514</u>
Ajuste a valor presente (iv)	(10)	(15)	(10)	(16)
Provisão de perda de crédito estimada	(9)	(19)	(28)	(28)
	<u>2.644</u>	<u>5.010</u>	<u>2.557</u>	<u>5.470</u>

(i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas, geralmente, em até doze meses. O risco de crédito do Grupo é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

(ii) Saldo em aberto na plataforma Ame Digital.

(iii) Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas.

(iv) O ajuste a valor presente foi calculado sobre o contas a receber líquido das antecipações do FIDC.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
A vencer	2.638	5.037	2.542	5.468
Vencidos:				
até 30 dias	4	2	6	25
31 a 60 dias	3	-	5	3
61 a 90 dias	10	-	12	4
91 a 120 dias	1	1	8	3
121 a 180 dias	4	3	8	4
> 180 dias	3	1	14	7
	<u>2.663</u>	<u>5.044</u>	<u>2.595</u>	<u>5.514</u>

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos. A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(19)	(28)
Adições / reversões	10	-
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>(9)</u>	<u>(28)</u>

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	3.240	4.625	3.302	4.714
Suprimentos e embalagens	41	43	41	43
Provisão para Perdas	(291)	(316)	(292)	(313)
Provisão para Obsolescência	(680)	(741)	(680)	(744)
	<u>2.310</u>	<u>3.611</u>	<u>2.371</u>	<u>3.700</u>

A movimentação da provisão para perdas e obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.057)	(1.057)
Adições / reversões	86	85
Saldo em 30 de junho de 2023	<u>(971)</u>	<u>(972)</u>

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.346	1.551	1.358	1.563
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	150	124	177	140
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.613	3.007	2.747	3.096
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	661	590	678	609
Outros	35	35	54	53
	<u>4.805</u>	<u>5.307</u>	<u>5.014</u>	<u>5.461</u>
Parcela do circulante	1.195	1.515	1.404	1.667
Parcela do não circulante	3.610	3.792	3.610	3.794

11. Transações com partes relacionadas

	A receber (a pagar)		Receitas (despesas)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	30/06/2022
				Reapresentado
<u>Operações com controladas diretas e indiretas:</u>				
Serviços de tecnologia, <i>fintech</i> e intermediação	(867)	(1.269)	(88)	(465)
Ame Digital	(853)	(1.251)	(88)	(277)
BIT Services	(4)	(5)	-	(188)
Supermercado Now	(10)	(13)	-	-
Serviços de Transporte	44	(108)	-	(409)
Click/Direct	44	(108)	-	(409)
Transação Mercantil (i)	(168)	(93)	-	(164)
ST Importações/ QSM	(168)	(93)	-	(164)
Outras transações (ii)	2	2	-	-
Louise Holdings Ltda.	(2)	(2)	-	-
Cheyney Financial S.A.	1	1	-	-
BWU Comércio e Entretenimento S.A.	1	1	-	-
Demais contas a receber	2	2	-	-
<u>Operações com controlada em conjunto:</u>	4	8	-	-
Vem Conveniência	4	8	-	-
Ativo Circulante – Controladora	40	39	-	-
Ativo Não Circulante – Controladora	11	16	-	-
Passivo Circulante – Controladora	(1.036)	(1.514)	-	-
Contas a Receber (iii)	928	1.444	(26)	(73)
Ame Digital	928	1.444	(26)	(73)
Debêntures	(6.903)	(6.638)	(911)	(420)
B2W Digital LUX	(3.326)	(3.200)	(438)	(202)
JSM Global	(3.577)	(3.438)	(473)	(218)
<u>Operações entre controladas e outras partes relacionadas:</u>	(14)	(18)	1	(7)
Operações Ame Digital x Supermercado Now	-	(8)	-	-
Operações Nexoos Tec x Nexoos Holding e a Nexoos SEP	(14)	(10)	-	-
Operações Ame Digital x Direct	-	-	1	-
Operações Único x Direct	-	-	-	(2)
Operações ST Global x ST Importações	-	-	-	(5)
Ativo não circulante - Consolidado	9	14	-	-
Passivo Circulante - Consolidado	(19)	(16)	-	-

(i) Refere-se a compra de mercadorias da ST Importações Ltda. e da QSM Distribuidora e Logística, adquiridas de fornecedores internacionais.

(ii) Referem-se, principalmente, a reembolso de despesas e outros serviços.

(iii) Os recebíveis por meio da carteira digital - AME estão apresentados na rubrica "Contas a receber de cliente" (nota 8).

12. Investimentos – Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	% Participação	Saldos em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aportes de capital	Ajuste de conversão	Transferência para provisão para perdas	Outros	Saldos em 30/06/2023
Submarino Finance	100	84	3	-	-	-	-	-	87
ST Importações	100	100	-	-	-	-	-	-	100
Ame Holding	100	235	(142)	-	333	-	(26)	(57)	343
Louise Holdings	100	78	-	-	-	(6)	-	-	72
Uni.co	100	210	(10)	-	-	-	-	-	200
VEM Conveniência (ii)	50	526	2	-	-	-	-	57	585
Mesa- express	100	150	(15)	-	-	-	-	-	135
B2W Lux (i)	100	-	-	-	-	-	704	-	704
JSM Global (i)	100	-	-	-	-	-	1.189	-	1.189
Bit Services	100	3	(1)	-	-	-	3	-	5
Skoob	100	26	(2)	-	-	-	-	-	24
Freijó Administração e Participações	100	3	-	-	-	-	-	-	3
Digital Finance	100	13	1	-	-	-	-	-	14
B2W Rental	100	4	-	-	-	-	-	-	4
Extrafruti (ii)	10	9	1	-	-	-	-	(1)	9
QSM Distribuidora e Logística	100	-	-	-	-	-	9	-	9
Ame Pay Cayman	100	64	-	-	-	-	-	-	64
BWU Comércio e Entretenimento	100	44	-	-	-	-	-	-	44
Click – Rodo Entregas Ltda.	100	2	-	-	-	-	-	-	2
Outros		20	-	-	-	-	-	-	20
Total de investimentos		1.571	(163)	-	333	(6)	1.879	(1)	3.613
B2W Lux (i)	100	(272)	972	4	-	-	704	-	-
JSM Global (i)	100	(307)	1.495	1	-	-	(1.189)	-	-
Klanil Services	100	(31)	-	-	-	3	-	-	(28)
Click - Rodo Entregas Ltda.	100	(15)	(93)	-	-	-	-	(2)	(110)
BFF Logística e Distribuição	100	(218)	-	-	-	-	26	-	(192)
QSM Distribuidora e Logística	100	(4)	13	-	-	-	(9)	-	-
Bit Services	100	3	-	-	-	-	(3)	-	-
Super Now	100	(3)	(19)	-	2	-	-	-	(20)
Total de provisão para perdas em investimentos		(847)	2.368	5	2	3	(1.879)	(2)	(350)

(i) JSM e B2W impactadas com o desmonte dos derivativos conforme nota explicativa 4.1.

(ii) O saldo de investimento no consolidado em 30 de junho de 2023 considera as empresas Vem Conveniência e Extrafruti tem menu de contexto.



(b) Controladas

(i) AME Digital (controlada direta)

A AME Digital Brasil Instituição de Pagamento Ltda. “AME”, constituída em 31 de julho de 2019, autorizada pelo Banco Central do Brasil “Bacen” a operar como Instituição de pagamento nas modalidades de emissora de moeda eletrônica e credenciadora, plataforma *mobile* de negócios, tem por objeto social, basicamente, a prestação de serviços com tecnologias avançadas envolvendo estruturas de pagamento em vendas físicas e digitais inclusive através de parcerias com outras empresas com vantagens para os consumidores finais.

(ii) Bit Capital S.A. (controlada direta)

A Bit Capital S.A., *fintech* especializada em soluções de *Core Banking*. É uma plataforma *Open Banking*, modular, baseada em *Blockchain* e *Open APIs*, que oferece soluções para integração nativa ao ecossistema financeiro, de forma simples e segura e também tem soluções de integração com o PIX, sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, o que está em linha com o plano de negócios para a AME, possibilitando a aceleração do seu desenvolvimento e maximizando suas frentes de negócios.

(iii) B2W LUX S. à. R.L – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional.

(iv) JSM Global S. à. r. l. – Em recuperação judicial (controlada direta)

Controlada com sede em Luxemburgo, tem como objeto social viabilizar a estruturação de eventuais operações financeiras no mercado internacional.

(v) Shipp do Brasil Tecnologia Ltda. (controlada indireta)

Plataforma *mobile* de *food delivery* e conveniência. Estratégica para a Companhia, permite a entrada no modelo de *Ultra Fast Delivery* (entrega em poucos minutos), além de possibilitar melhora da experiência do consumidor na categoria de *food delivery* a expansão da categoria de mercado para novas localidades e a aceleração das soluções de O2O (*Online to Offline*), principalmente, o *ship from store*.

(vi) Grupo Uni.co S.A. (controlada direta)

Atuante em varejo especializado de franquias no Brasil e dono das marcas Puket, Imaginarium, MinD e Lovebrands, permitindo à Companhia a expansão de sua plataforma de varejo especializado em franquias e marcas próprias.

(vii) Nexoos Holding S.A. e subsidiárias (controladas indiretas)

Fintech que conecta pequenas e médias empresas com investidores, plataforma digital de crédito completa, inclui diferentes modalidades de empréstimos e o *CaaS (Credit as a Service)* e opera com tecnologia proprietária, incluindo o sistema de *score* de crédito, que integrada ao modelo híbrido de *funding*, possibilita a oferta de soluções de crédito diferenciadas, com taxas de juros mais competitivas e sem risco de crédito. Democratiza o acesso ao crédito e permite que empreendedores invistam no crescimento de seus negócios.

(viii) Skoob Books 3D Serviços de Internet Ltda. (controlada direta)

Maior plataforma digital de conteúdo para leitores do País. Estratégico para a Companhia para ser ainda mais relevante no dia a dia dos clientes, potencializando o engajamento, a recorrência e o alcance de novos clientes, estando no propósito de somar o que o mundo tem de bom para melhorar a vida das pessoas.

(ix) Parati Crédito Financiamento e Investimento S.A. (controlada indireta)

Em 2 de janeiro de 2023, a Companhia, através de sua controlada Ame Holding Ltda., efetuou o pagamento do preço de compra detalhado abaixo e, desta forma, concluiu a aquisição de 100% e do controle sobre a Parati Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Parati”). A aprovação do Banco Central do Brasil “Bacen” ocorreu em março de 2023.



A Parati é uma financeira que possui acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), sendo uma das únicas 20 instituições no País homologadas para realizar Iniciação de Transação de Pagamento (ITP). Atua, ainda, como *Bank as a Service (BaaS)* e *Regtech*, integrando *fintechs* ao sistema bancário, possibilitando captação direta de recursos por meio de emissão de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), e habilitada a oferecer soluções de crédito para pessoas físicas e jurídicas.

A aquisição da Parati é mais um importante marco na rápida trajetória de sucesso da Ame, impulsionando seu plano estratégico de negócio e permitindo disponibilizar diretamente um portfólio de soluções de crédito e investimentos para os integrantes do ecossistema Americanas.

A transação para aquisição da totalidade das ações da Parati envolveu um pagamento de R\$ 36, em caixa.

A Companhia iniciou os estudos para determinação do valor justo dos ativos e passivos para a alocação do preço de compra e, até a presente data, o ágio resultante desses estudos iniciais perfaz o montante de R\$ 18, conforme demonstrado abaixo. O Pronunciamento Técnico CPC 15 estabeleceu um prazo para conclusão da mensuração de até 1 ano da data de aquisição – período no qual a Companhia espera concluir a contabilização desta combinação de negócios.

O valor justo preliminar dos ativos e passivos adquiridos, assim como o ágio preliminar desta combinação de negócios são como a seguir:

Ativos adquiridos e (passivos assumidos)	
Caixa e equivalentes de caixa	16
Relações interfinanceiras	38
Operações de crédito – circulante	3
Outros ativos circulantes	5
Operações de crédito - não circulante	4
Imobilizado	-
Intangível – Licença de operação SCFI	6
Depósitos de livre movimentação	(16)
Depósitos de prazo	(24)
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	(1)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(2)
Outras obrigações	(11)
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos (1)	18
Contraprestação transferida (2)	36
Ágio preliminar (2) - (1)	18

O ágio apurado, de R\$ 18, foi pago principalmente pela expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*), uma vez que a aquisição permitirá à Companhia fornecer serviços relacionados à concessão de crédito e outras soluções financeiras, incluindo conta digital, cartão de crédito, cartão pré-pago, empréstimos, PIX e outros, tanto para clientes Pessoa-Física quanto para estabelecimentos comerciais.

O benefício econômico da licença de operação SCFI, de vida útil indeterminada, provém da aquisição do ativo pronto para uso, não havendo necessidade, por parte da adquirente, de despendar tempo na constituição dele. Desta forma, procedemos à avaliação de tal ativo pela metodologia *"With and Without Method"*, que calcula o valor de um ativo a partir da elaboração de cenários nos quais (i) a empresa detém o ativo (*with*) e o (ii) a empresa não possui e necessita adquirir ativo (*without*).

13. Imobilizado

	Controladora				Controladora
	30/06/2023				31/12/2022
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Líquido	Líquido
Terrenos e edificações	218	(60)	(6)	152	156
Instalações e móveis e utensílios	940	(461)	(53)	426	460
Máquinas e equipamentos de informática	1.400	(644)	(274)	482	570
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.288	(1.623)	(45)	1.620	1.680
Obras em andamento	18	(7)	(11)	-	22
Veículos	6	(2)	-	4	1
Outros	559	(464)	-	95	9
	<u>6.429</u>	<u>(3.261)</u>	<u>(389)</u>	<u>2.779</u>	<u>2.898</u>
	Consolidado				Consolidado
	30/06/2023				31/12/2022
	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Líquido	Líquido
Terrenos e edificações	218	(60)	(6)	152	155
Instalações e móveis e utensílios	951	(466)	(53)	432	469
Máquinas e equipamentos de informática	1.481	(688)	(274)	519	648
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.291	(1.624)	(45)	1.622	1.629
Obras em andamento	18	(7)	(11)	-	40
Veículos	7	(3)	-	4	2
Outros	587	(492)	-	95	10
	<u>6.553</u>	<u>(3.340)</u>	<u>(389)</u>	<u>2.824</u>	<u>2.953</u>

Movimentação do imobilizado no período:

	Controladora	Consolidado
	30/06/2023	30/06/2023
Saldos líquidos no início do período	2.898	2.953
Adições	66	68
Baixas	(36)	(38)
Depreciação	(151)	(161)
Reversão (provisão) para <i>impairment</i>	2	2
Saldos líquidos no final do período	<u>2.779</u>	<u>2.824</u>

A Companhia realizou teste de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa nº 15 – Imobilizado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Novos testes serão realizados em 31 de dezembro de 2023, ou antes, caso haja indicações de perda por *impairment*. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existem bens dados em garantia.

14. Intangível

	Controladora				
	30/06/2023		31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos	1.816	-	(1.641)	175	159
Direito de uso de <i>software</i>	2.210	(1.269)	(725)	216	109
Direito de uso de lavra	113	(13)	(100)	-	-
Desenvolvimento de <i>websites</i> e sistemas	4.945	(2.668)	(2.276)	1	-
Marcas e patentes	350	-	-	350	645
Outros	182	(52)	-	130	6
	9.616	(4.002)	(4.742)	872	919

	Consolidado				
	30/06/2023		31/12/2022		
	Custo	Amortização acumulada	Impairment	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos	1.889	(30)	(1.696)	163	146
Direito de uso de <i>software</i>	2.353	(1.325)	(732)	296	6
Direito de uso de lavra	113	(13)	(100)	-	-
Desenvolvimento de <i>websites</i> e sistemas	5.186	(2.803)	(2.375)	8	12
Marcas e patentes	354	(4)	(1)	349	783
Outros	202	(62)	-	140	12
	10.097	(4.237)	(4.904)	956	959

Movimentação do intangível no período:

	Controladora	Consolidado
	30/06/2023	30/06/2023
Saldos líquidos no início do período	919	959
Adições	30	181
Baixas	(25)	(51)
Amortização	(59)	(140)
Ajuste	7	7
Saldos líquidos no final do período	872	956

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*), sendo a última avaliação efetuada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

15. Ativos e Passivos de arrendamento

Abaixo apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

(a) Direito de uso de imóveis - Arrendamento

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2023		31/12/2022		30/06/2023		31/12/2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Direito de uso de imóveis	6.897	(2.544)	4.353	5.301	6.993	(2.603)	4.390	5.359
	6.897	(2.544)	4.353	5.301	6.993	(2.603)	4.390	5.359



Movimentação do direito de uso de imóveis dos arrendamentos no período:

	Controladora	Consolidado
	30/06/2023	30/06/2023
Saldos líquidos no início do período	5.301	5.359
Adições	23	23
Baixas	(659)	(670)
Depreciação	(307)	(317)
Remensurações	(5)	(5)
Saldos líquidos no final do período	<u>4.353</u>	<u>4.390</u>

(b) Arrendamentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Arrendamentos a pagar	9.626	11.666	9.678	11.742
Juros sobre arrendamento	(4.399)	(5.598)	(4.408)	(5.613)
	<u>5.227</u>	<u>6.068</u>	<u>5.270</u>	<u>6.129</u>
Parcela do circulante	454	491	466	508
Parcela do não circulante	4.773	5.577	4.804	5.621

Movimentação dos arrendamentos a pagar no período:

	Controladora	Consolidado
	30/06/2023	30/06/2023
Saldos líquidos no início do período	6.068	6.128
Adições por novos contratos	23	23
Baixas	(649)	(656)
Pagamentos	(537)	(549)
Juros apropriados	327	329
Remensurações	(5)	(5)
Saldos líquidos no final do período	<u>5.227</u>	<u>5.270</u>

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros	5.886	6.967	6.067	7.156
Acordos comerciais	(531)	(491)	(531)	(491)
	<u>5.355</u>	<u>6.476</u>	<u>5.536</u>	<u>6.665</u>

Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras, quando previstas em acordo comercial, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

17. Operações de risco sacado "Forfait"

Considerando as características dessas transações em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2021 de 29 de janeiro de 2021, apresentamos abaixo o montante total por instituição financeira:



	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Instituição Financeira				
Banco Itaú Unibanco S.A.	2.703	2.703	2.703	2.703
Banco Bradesco S.A.	4.315	4.315	4.315	4.315
Banco ABC Brasil S.A.	415	416	415	416
Banco Safra S.A.	2.127	2.135	2.127	2.135
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.909	1.909	1.909	1.909
Banco Daycoval S.A.	515	510	515	510
Banco BTG S.A.	3.601	3.622	3.601	3.622
Banco do Brasil S.A.	292	300	292	300
	<u>15.877</u>	<u>15.910</u>	<u>15.877</u>	<u>15.910</u>

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de títulos relacionados às operações mercantis entre as partes.

A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação. Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos decorrentes são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.

18. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento contratual	Controladora		Consolidado	
			30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Em moeda nacional						
Capital de giro	124,0% CDI	20/12/2027	979	912	1.053	980
Capital de giro	CDI + 1,8% a 3,7% a.a.	08/03/2029	6.272	6.385	6.373	6.497
BNDES (i)	CDI - 1,15% a 0,40% a.a.	15/06/2026	-	538	-	538
BNDES (i)	SELIC + 2,3% a 2,9% a.a.	15/06/2026	23	132	23	131
BNDES (i)	Juros de 3,50% a.a.	15/07/2023	-	1	-	1
FINEP	TJLP + 1,0% a.a.	15/08/2028	41	40	41	40
FINEP/BNB	Juros de 3,5% a.a.	05/12/2026	-	50	-	50
Dívidas honradas por fiança (i)			737	-	737	-
Dívida sobre o desmonte de <i>swap</i> (iv)			1.395	-	1.642	-
Operações de <i>swap</i>	119% do CDI	23/01/2024	-	5	-	5
Cotas FIDC (iii)	CDI + 1,5%	14/02/2024	76	1.161	-	2.129
Em moeda estrangeira						
Empréstimo Estrangeiro - dólar	US\$ + 4,700% a.a.	03/11/2023	306	324	306	324
Operações de <i>swap</i>	119% CDI	03/11/2023	-	(61)	-	(61)
<i>Bond's</i> Lux (ii)	US\$ + 4,375% a.a.	20/12/2030	-	-	2.467	2.614
Operações de <i>swap</i> (US\$)	IPCA + 6,90% a 7,02% a.a.	20/12/2030	-	-	-	742
<i>Bond's</i> JSM (ii)	US\$ + 4,750% a.a.	15/10/2030	-	-	2.490	2.634
Operações de <i>swap</i> (US\$)	IPCA + 7,4% a.a.	15/10/2030	-	-	-	966
Custo com captações (IOF e outras)			(100)	(121)	(178)	(204)
Parcela do circulante			9.729	9.366	14.954	17.386

(i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (abertura e reforma de lojas, logística e tecnologia), FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos) e PEC (Capital de Giro). Em decorrência do início do processo de Recuperação Judicial da Companhia, o BNDES executou a garantia dos empréstimos, em forma de fianças bancárias, contra os Bancos Bradesco e Safra, que honraram as fianças e passaram a ser os credores destes financiamentos, que serão liquidados de acordo com os termos do Plano de Recuperação Judicial aprovado em 19 de dezembro de 2023.

(ii) As operações em moeda estrangeira encontravam-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de *swap* até 12 de janeiro de 2023, quando essas operações de *swap* foram desmontadas e as respectivas dívidas passaram a ficar integralmente expostas à variação cambial. (nota 4.1).

(iii) Na Controladora representa o saldo da antecipação de recebíveis pelo Fênix - FIDC. No consolidado representa o saldo de cotas sênior do Fundo Fênix - FIDC (nota 7(a)).

(iv) Na ocorrência do desmonte dos *swaps*, a Companhia passa a deter uma nova dívida com as instituições financeiras sobre o valor líquido dos derivativos ativos e passivos.



(b) Movimentação

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2022	9.366	17.386
Captação	1.512	1.779
Amortização principal	(1.538)	(2.593)
Amortização juros	(118)	(124)
Marcação a mercado derivativos	-	(317)
Encargos financeiros	487	(1.202)
Custo com captações	20	25
Em 30 de junho de 2023	<u>9.729</u>	<u>14.954</u>

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes de alguns contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia não atendeu todos os índices, desta forma, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante.

19. Debêntures

(a) Composição

	Data de emissão	Vencimento Contratual	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	Controladora		Consolidado	
							30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
13ª Emissão – Lame A3	10/01/2019	10/01/2026	Pública	20.895	1.000.000	116,7% do CDI	-	224	-	224
14ª Emissão – Lame A4	18/05/2020	18/05/2023	Pública	50.000	500.000	CDI + 3%	551	509	551	509
15ª Emissão – Lame A5	02/06/2020	02/06/2023	Pública	50.000	500.000	CDI + 3%	547	506	547	506
16ª Emissão – Lame A6	15/09/2020	15/10/2030	Pública	3.100.000	3.100.000	IPCA + 7,4%	4.052	3.786	373	349
Operações de Swap - 16ª Emissão	15/09/2020	15/10/2030	-	-	-	CDI + 4,635%	-	(159)	-	(15)
5ª Emissão pública	15/11/2020	15/12/2030	Pública	3.100.000	3.100.000	IPCA + 6,957%	3.937	3.687	519	486
Operações de Swap - 5ª Emissão	15/11/2020	15/12/2030	-	-	-	CDI + 4,072%	-	(132)	-	(15)
17ª Emissão – Lame A7	08/07/2022	15/07/2033	Pública	200.000	2.000.000	CDI + 2,750%	2.325	2.154	2.325	2.154
18ª Emissão – Lame A8	20/10/2022	20/10/2027	Pública	100.000	1.000.000	CDI + 1,55%	1.094	1.020	1.094	1.020
19ª Emissão – DIP	13/02/2023	13/02/2025	Privada	1.000	1.002.603	128% CDI	1.065	-	1.065	-
2ª Emissão – Hortifruti	15/03/2021	16/03/2026	Privada	175.000	175.000	IPCA + 5,083%	217	206	217	206
Custo com captações (IOF e outras)							(130)	(143)	(53)	(61)
Parcela do circulante							<u>13.658</u>	<u>11.658</u>	<u>6.638</u>	<u>5.363</u>



(b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	11.658	5.363
Captação	1.568	1.568
Amortização principal	(209)	(209)
Amortização juros	(16)	(16)
Marcação a mercado derivativos	(846)	-
Encargos financeiros	1.489	(77)
Custo com captações	14	9
Em 30 de junho de 2023	13.658	6.638

(c) Financiamento extraconcursal

Em RCA realizada em 13 de fevereiro de 2023, foi aprovado financiamento extraconcursal, na modalidade *Debtor in Possession Financing* (Financiamento DIP), a 19ª Emissão de Debêntures em série única no montante de R\$ 2.000, com data base em 07 de fevereiro de 2023 e vencimento em 07 de fevereiro de 2025 com juros à taxa de 128% do DI a.a. base 252 dias úteis, por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, sendo, observado o disposto abaixo, uma primeira tranche de R\$ 1.003 e o restante, em janelas de prazos subsequentes, até o vencimento das debêntures.

20. Contas a pagar - Combinação de Negócios

A Companhia, de acordo com o seu plano estratégico, realizou combinação de negócios, adquirindo participações societárias com o objetivo de expansão de suas atividades. Os saldos a pagar referentes as essas aquisições importam em:

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Supernow	16	15	16	15
Shipp	-	-	8	7
Ecolivery Courrieros	-	-	2	2
Eco Logística	-	-	2	2
BIT Capital	-	-	114	114
Nexoos Tecnologia	-	-	95	95
Uni.co	116	115	121	123
Skoob	15	15	15	15
	<u>147</u>	<u>145</u>	<u>373</u>	<u>373</u>
Parcela do circulante	147	10	373	51
Parcela do não circulante	-	135	-	322

(b) Composição do não circulante por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
2024	-	135	-	322
	<u>-</u>	<u>135</u>	<u>-</u>	<u>322</u>



21. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	447	502	453	512
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	571	571	573	572
Imposto sobre Serviços (ISS)	11	15	17	30
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	18	3	20	6
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	39	40	39	42
Outros	20	16	24	21
	<u>1.106</u>	<u>1.147</u>	<u>1.126</u>	<u>1.183</u>

22. Provisão para processos judiciais e contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, conflitos cíveis, consumeristas, de natureza imobiliária e locatícia, entre outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzido pelo departamento jurídico e por advogados externos.

A Administração, através de dados fornecidos por seus assessores jurídicos, produzidos a partir da análise das demandas pendentes, do Direito envolvido e do histórico de demandas anteriores, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas através de cartas de fiança bancária, apólices de seguro ou depósitos judiciais, conforme o caso.

Em função da Recuperação Judicial, entendemos que não teremos expectativa de pagamento na ótica de curto prazo, portanto o saldo será refletido todo no longo prazo.

(a) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Fiscais	1.087	1.084	1.204	1.225
Trabalhistas	233	217	283	266
Cíveis	46	48	53	48
Imobiliário	465	433	465	435
	<u>1.831</u>	<u>1.782</u>	<u>2.005</u>	<u>1.974</u>
Parcela do circulante	-	191	-	194
Parcela do não circulante	1.831	1.591	2.005	1.780

Fiscais

Os principais processos fiscais do Grupo, incluídos os saldos da parcela cindida de Lojas Americanas, estão representados por processos:

- decorrente de crédito tributário de ICMS constituído sobre operações realizadas com fornecedores declarados inidôneos pela Secretaria Estadual de Fazenda, em data posterior à operação comercial;
- decorrente do aproveitamento de crédito referente à inconstitucional majoração do percentual de 1% do ICMS, entre os anos de 1990 e 1997, promovida pelo Estado de São Paulo, e;
- decorrente da diferença quantitativa entre o quantitativo de estoque informado no arquivo magnético e o estoque físico dos estabelecimentos, escriturado no livro de registro de inventário, de lojas físicas.



Trabalhistas

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas extras entre outros.

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 30 de junho de 2023, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

(b) Passivos contingentes não provisionados

Em 30 de junho de 2023, o Grupo possuía demandas administrativas e judiciais de natureza variada, com prognóstico possível de perda, no montante aproximado de R\$ 10.818 (R\$ 6.982 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 11.207 no consolidado (R\$ 7.367 em 31 de dezembro de 2022). As principais variações ocorridas no período decorrem, basicamente, de atualizações monetárias, adições de novos processos, baixas e mudanças de prognósticos de processos existentes, os quais estão em conformidade com os critérios e com as informações divulgadas nas Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

A Companhia e suas controladas mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos.

23. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social, totalmente subscrito e integralizado importa em R\$ 15.430, representado por 902.529.503 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal.

A composição acionária do capital da Companhia em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	30/06/2023	31/12/2022
Acionistas de referência	272.167.492	272.167.492
Administradores	334.335	18.908.111
Capital Group	-	89.434.021
TIAA CREF	-	54.574.009
BLACKROCK	-	46.082.879
Ações em tesouraria	7.416	7.416
Outros acionistas ("free floating")	630.020.260	421.355.575
	<u>902.529.503</u>	<u>902.529.503</u>
Total de ações em circulação	902.522.087	902.522.087
Acionistas de referência	30,16%	30,16%
Outros acionistas não controladores	69,84%	69,84%



24. Pagamento baseado em ações

No período findo em 30 de junho de 2023 nenhum novo plano de ações foi ofertado. Para os contratos existentes na data, os custos de remuneração dos executivos foram de R\$ 29 registrados em outras despesas operacionais (R\$ 29 em 30 de junho de 2022) e contrapartida registrada em reserva de capital, no consolidado. Os custos de remuneração dos programas a serem reconhecidos (de 2022 a 2026) pelo *vesting period* dos planos, considerando as premissas usadas, totalizam aproximadamente R\$ 62 em 30 de junho de 2023 (R\$ 91 em 31 de dezembro de 2022).



25. Receita de vendas e serviços

	Período de seis meses findos em:				Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Receita bruta de vendas e serviços	8.724	15.633	9.014	17.083	4.228	7.796	4.347	8.513
(-) Devoluções/descontos incondicionais	(757)	(1.186)	(763)	(1.186)	(350)	(720)	(353)	(720)
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(1.156)	(2.296)	(1.213)	(2.519)	(558)	(1.093)	(585)	(1.195)
Outros	(6)	(4)	(6)	(4)	(4)	(1)	(4)	(2)
Receita líquida	<u>6.805</u>	<u>12.147</u>	<u>7.032</u>	<u>13.374</u>	<u>3.316</u>	<u>5.982</u>	<u>3.405</u>	<u>6.596</u>

26. Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos

Corresponde ao custo médio ponderado da aquisição das mercadorias, que quando aplicável, inclui tributos não recuperáveis na aquisição, bem como o custo com serviços prestados. São acrescidos a esse custo os gastos com frete, seguro, manuseio, demais gastos para trazer os estoques em condições de comercialização, os ajustes de inventário e a provisão para perdas e obsolescência.

O custo das mercadorias vendidas é ajustado, por valores recuperados junto aos fornecedores, decorrentes de acordos comerciais por volume de compras, recomposição de margem, acordos de *marketing* entre outros. Esses ajustes são reconhecidos a medida em que os estoques que geraram o referido crédito, são comercializados.

	Período de seis meses findos em:				Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Mercadorias revendidas	(4.974)	(10.240)	(5.083)	(10.810)	(2.427)	(4.698)	(2.458)	(4.988)
Outros serviços prestados	(7)	(146)	(126)	(414)	37	(121)	(21)	(200)
	<u>(4.981)</u>	<u>(10.386)</u>	<u>(5.209)</u>	<u>(11.224)</u>	<u>(2.390)</u>	<u>(4.819)</u>	<u>(2.479)</u>	<u>(5.188)</u>

27. Despesa por Natureza

	Período de seis meses findos em:				Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Despesas com pessoal	(1.169)	(956)	(1.243)	(1.168)	(556)	(500)	(590)	(581)
Despesas e serviços com operações comerciais	(1.015)	(943)	(1.031)	(1.031)	(488)	(397)	(516)	(496)
Outras	(535)	(669)	(679)	(736)	(126)	(226)	(214)	(213)
Subtotal despesas com vendas, gerais e administrativas	<u>(2.719)</u>	<u>(2.568)</u>	<u>(2.953)</u>	<u>(2.935)</u>	<u>(1.170)</u>	<u>(1.123)</u>	<u>(1.320)</u>	<u>(1.290)</u>
Depreciação e amortização	(507)	(707)	(591)	(821)	(236)	(358)	(275)	(410)
Total Despesas com vendas, Gerais e Administrativas	<u>(3.226)</u>	<u>(3.275)</u>	<u>(3.544)</u>	<u>(3.756)</u>	<u>(1.406)</u>	<u>(1.481)</u>	<u>(1.595)</u>	<u>(1.700)</u>
Classificados por função como:								
Despesas com vendas	(1.627)	(1.974)	(1.727)	(2.012)	(733)	(895)	(796)	(887)
Despesas gerais e administrativas	(1.599)	(1.301)	(1.817)	(1.744)	(673)	(586)	(799)	(813)
	<u>(3.226)</u>	<u>(3.275)</u>	<u>(3.544)</u>	<u>(3.756)</u>	<u>(1.406)</u>	<u>(1.481)</u>	<u>(1.595)</u>	<u>(1.700)</u>
Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas	<u>(83)</u>	<u>140</u>	<u>(59)</u>	<u>92</u>	<u>(295)</u>	<u>(3)</u>	<u>(265)</u>	<u>(45)</u>

28. Resultado Financeiro

	Período de seis meses findos em:				Período de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022	30/06/2023	30/06/2022
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Juros e variação monetária e cambial sobre títulos e valores mobiliários	507	213	2.863	248	63	110	282	130
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	12	15	29	80	12	4	15	40
Total receita financeira	<u>519</u>	<u>228</u>	<u>2.892</u>	<u>328</u>	<u>75</u>	<u>114</u>	<u>297</u>	<u>170</u>
Juros e variação monetária e cambial dos financiamentos	(3.763)	(530)	(3.625)	(616)	(659)	(335)	(448)	(376)
Encargos Financeiros Risco Sacado	-	(1.376)	-	(1.376)	-	(816)	-	(816)
Outras despesas financeiras	(139)	(617)	(145)	(634)	(24)	(278)	(27)	(285)
Encargos de arrendamento	(327)	(324)	(329)	(348)	(158)	(163)	(159)	(174)
Total despesa financeira	<u>(4.229)</u>	<u>(2.847)</u>	<u>(4.099)</u>	<u>(2.974)</u>	<u>(841)</u>	<u>(1.592)</u>	<u>(634)</u>	<u>(1.651)</u>
Resultado financeiro	<u>(3.710)</u>	<u>(2.619)</u>	<u>(1.207)</u>	<u>(2.646)</u>	<u>(766)</u>	<u>(1.478)</u>	<u>(337)</u>	<u>(1.481)</u>



29. Resultado por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2023	30/06/2022
		Reapresentado
Prejuízo do período	(2.990)	(4.055)
Denominador (em milhões de ações) básico e diluído		
Média ponderada de número de ações em circulação	902.522	893.077
Resultado por ação básico e diluídos	(0,0033)	(0,0045)

Devido ao prejuízo nos períodos apresentados, não existiram efeitos dilutivos ao resultado.

30. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2023 e 2022, a remuneração total (salários, bônus e pagamento baseado em ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 30 e R\$ 31 na controladora e R\$ 34 e R\$ 36 no consolidado respectivamente. Remunerações estão dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

31. Informações por segmento

As informações relacionadas a cada segmento reportado estão descritas abaixo. A receita líquida dos segmentos é usada para medir o desempenho, pois no entendimento da administração esta informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos.

	30/06/2023						
	Varejo Digital	Varejo Físico	<i>Fresh Food</i>	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações/Aj. Consol.	Consolidado
Receita operacional líquida	1.386	4.910	915	105	100	(384)	7.032
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(868)	(3.901)	(567)	-	(47)	174	(5.209)
Lucro bruto	518	1.009	348	105	53	(210)	1.823
Receitas (Despesas) operacionais							
Vendas	(648)	(990)	(30)	(135)	(23)	99	(1.727)
Gerais e administrativas	(729)	(660)	(357)	(155)	(25)	109	(1.817)
Outras despesas operacionais líquidas	(562)	510	(10)	1	-	2	(59)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(1.421)	(131)	(49)	(184)	5	-	(1.780)
Receitas financeiras	1.315	1.522	4	48	3		2.892
Despesas financeiras	(1.693)	(2.340)	(44)	(6)	(16)		(4.099)
Resultado financeiro	(378)	(818)	(40)	42	(13)	-	(1.207)
Resultado de equivalência patrimonial	850	1.343	1	-	-	(2.191)	3
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	(3.448)	(748)	(52)	(76)	(6)	82	(4.248)
Imposto de renda e Contribuição Social							
Correntes	(5)	-	-	-	(3)	-	(8)
Diferidos	1	-	-	-	1	-	2
Lucro (prejuízo) do período	(953)	394	(88)	(142)	(10)	(2.191)	(2.990)

	31/12/2022						
	Varejo Digital	Varejo Físico	<i>Fresh Food</i>	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações/Aj. Consol.	Consolidado
Ativo circulante	3.722	14.757	(33)	1.469	148	(8.697)	11.366
Ativo não circulante	5.754	8.869	1.525	103	214	(3.318)	13.147
Passivo circulante	26.479	26.742	1.371	812	145	(8.750)	46.799
Passivo não circulante	1.134	5.777	431	5	137	(361)	7.123
Patrimônio líquido	(18.137)	(8.893)	(310)	755	80	(2.904)	(29.409)



	Varejo Digital	Varejo Físico	<i>Fresh Food</i>	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações/Aj. Consol.	Consolidado
Receita operacional líquida	6.752	6.217	975	397	101	(1.068)	13.374
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(6.812)	(4.110)	(579)	(21)	(49)	347	(11.224)
Lucro bruto	(60)	2.107	396	376	52	(721)	2.150
Receitas (Despesas) operacionais							
Vendas	(1.242)	(785)	(49)	(439)	(23)	526	(2.012)
Gerais e administrativas	(671)	(841)	(338)	(63)	(27)	196	(1.744)
Outras despesas operacionais líquidas	(48)	143	-	(2)	(1)	-	92
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(2.021)	624	9	(128)	1	1	(1.514)
Receitas financeiras	132	115	10	67	4	-	328
Despesas financeiras	(1.479)	(1.397)	(72)	(15)	(11)	-	(2.974)
Resultado financeiro	(1.347)	(1.282)	(62)	52	(7)	-	(2.646)
Resultado de equivalência patrimonial	(80)	(90)	1	-	-	81	(88)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	(3.448)	(748)	(52)	(76)	(6)	82	(4.248)
Imposto de renda e Contribuição Social							
Correntes	(1)	(3)	-	-	(3)	-	(7)
Diferidos	262	(110)	16	31	1	-	200
Lucro (prejuízo) do período	(3.187)	(861)	(36)	(45)	(8)	82	(4.055)

	Varejo Digital	Varejo Físico	<i>Fresh Food</i>	Serviços Financeiros	Varejo Premium	Eliminações/Aj.	Consolidado
Ativo circulante	12.431	14.770	366	1.281	300	(12.047)	17.101
Ativo não circulante	1.217	17.490	26	75	61	(4.625)	14.244
Passivo circulante	28.233	25.704	498	1.228	204	(5.963)	49.904
Passivo não circulante	2.862	10.915	704	6	230	(6.609)	8.108
Patrimônio líquido	(17.447)	(4.359)	(810)	122	(73)	(4.100)	(26.667)



32. Eventos subsequentes

(a) Recuperação judicial

A Companhia comunicou que por meio do Fato Relevante de 10 de outubro de 2023 que estava em fase avançada de busca de entendimentos com seus credores com vistas a um acordo que possa equacionar suas dívidas, conduziu naquela data mais uma reunião para apresentar aperfeiçoamento da proposta sendo discutida até então. A mais recente proposta apresentada pela Companhia, assessorada pelo Rothschild & Co, contém: (i) no que diz respeito ao compromisso dos acionistas de referência de capitalizar a companhia, aumento de capital de curto prazo, em dinheiro, no valor de R\$ 12 bilhões (considerando o financiamento DIP já aportado); (ii) capitalização de dívida concursal por parte dos credores também no valor de R\$12 bilhões; (iii) emissão de nova dívida para refinar parte das dívidas concursais existentes no valor de R\$1,875 bilhão; e (iv) R\$8,7 bilhões em dinheiro dedicados à recompra antecipada de dívida concursal com desconto. A proposta continua ainda a contar com a previsão de pagamento integral das Classes I e IV e alternativas de pagamento diferenciada para nossos fornecedores, substancialmente nos termos publicados na versão do Plano de Recuperação Judicial protocolado com o juízo da Recuperação Judicial em 20 de março de 2023. (Vide Nota 1)

A Companhia informou em Fato Relevante divulgado 27 de outubro de 2023 que pretendia apresentar, oportunamente, mais detalhes da versão do Plano de Recuperação Judicial atualmente em discussão com os Credores, no evento de divulgação mencionado no Fato Relevante divulgado também em 27 de outubro de 2023, mas adianta aos seus investidores e ao mercado em geral que decidiu estender a opção de pagamento à vista, sem deságio e sem correção, a ser paga em uma parcela única após a data de homologação do Plano de Recuperação Judicial, a todos os credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial listados da Classe III (quirografários), titulares de créditos até o valor de R\$ 12 mil. A Companhia adianta, ainda, que pretende oferecer aos credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial listados da Classe III (quirografários) titulares de créditos superiores a R\$ 12 mil a opção de receberem até R\$ 12 mil para a quitação total de seus respectivos créditos, observadas as condições a serem previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Através de Fato Relevante divulgado em 19 de dezembro de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, naquela data, os credores da Companhia e das suas subsidiárias JSM Global S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial, B2W Digital Lux S.Á.R.L. – Em Recuperação Judicial e ST Importações Ltda. – Em Recuperação Judicial (“Grupo Americanas”), reunidos em Assembleia Geral de Credores (“AGC”) regularmente convocada e instalada, aprovaram o aditamento ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Americanas, com ajustes negociados, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

O PRJ será submetido à homologação do Juízo da 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nos termos da lei.

(b) Financiamento extraconcursal

Em 6 de outubro de 2023 foi liberada a segunda tranche no valor de R\$ 501, relacionada ao Financiamento DIP nos termos da Lei 11.101/2005, por meio da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para colocação privada, nos termos aprovados na “RCA” realizada em 13 de fevereiro de 2023.

(c) Processo de *Market Sounding*

Conforme divulgado ao mercado em 03 de outubro de 2023, a Companhia informou que decidiu suspender o processo de *Market Sounding* do Grupo Uni.co. A Companhia seguirá monitorando os parâmetros para verificar a conveniência de retomar tal processo no futuro.

Conforme divulgado em comunicado ao mercado datado em 06 de novembro de 2023, a Companhia informou que, decidiu nesse momento, suspender o processo de *Market Sounding* da UPI HNT e não tem planos de retomar os processos no curto prazo. A Companhia seguirá monitorando esses parâmetros para verificar a conveniência de retomar tais processos no futuro.



(d) Termo de encerramento parceria Vibra Energia S.A.

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de agosto de 2023, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, e em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 24 de janeiro de 2023, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral, que celebrou, nesta data, um Termo de Encerramento de Parceria com a Vibra Energia S.A. (“Vibra”) referente ao encerramento da parceria relacionada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo desenvolvida através da sociedade Vem Conveniência S.A. (“Vem” e “Encerramento”, respectivamente).

O Encerramento segue substancialmente o mecanismo de segregação estabelecido no Acordo de Acionistas da Vem celebrado entre Americanas e Vibra em 31 de janeiro de 2022, e será implementado por meio de uma cisão parcial desproporcional da Vem (“Cisão”), sendo o acervo cindido – composto pelos ativos e passivos relacionados às lojas de pequeno varejo “BR Mania” – incorporado por uma nova sociedade constituída pela Vibra (“Sociedade BR Mania”). Como resultado da Cisão, (i) a totalidade das ações de emissão da Vem de titularidade da Vibra serão canceladas; e (ii) a Americanas receberá determinado número de ações de emissão da Sociedade BR Mania que, ato contínuo, serão integralmente adquiridas pela Vibra mediante o pagamento, à vista, à Americanas do valor de aquisição de R\$192.

Após a conclusão do Encerramento, (i) a Americanas passará a deter integralmente as ações de emissão da Vem, que será a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo “Local”; e (ii) a Vibra será titular da totalidade das ações de emissão da Sociedade BR Mania, que será detentora das lojas de pequeno varejo “BR Mania”. Ademais, mediante o Encerramento, a Americanas alterará a razão social da Vem Conveniência S.A. cuja marca passará a ser utilizada exclusivamente pela Sociedade BR Mania.

De acordo com Comunicado ao Mercado divulgado em 30 de outubro de 2023, o juízo da 4ª Vara Empresarial da Comercial da Capital do Estado do Rio de Janeiro autorizou o desfazimento da joint venture com a Vibra Energia S.A., para a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, desenvolvida através da Vem.

De acordo com o Fato Relevante divulgado em 30 de novembro de 2023, a Americanas comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que foi concluído o encerramento da parceria relacionada à exploração do negócio de lojas de pequeno varejo desenvolvida através da sociedade Vem Conveniência S.A., em conformidade com o Termo de Encerramento de Parceria, celebrado em 23 de agosto de 2023, entre a Americanas e a Vibra Energia S.A.

Com a conclusão do Encerramento: (i) a Americanas passou a ser titular da integralidade das ações de emissão da Vem, que é a sociedade detentora das lojas de pequeno varejo “Local”; e (ii) a Vibra passou a deter a totalidade das lojas de pequeno varejo “BR Mania” através da VBBR Conveniência S.A., uma nova sociedade incorporada pela Vibra para tal finalidade.

Ainda, como resultado do Encerramento, e conforme previsto no Termo de Encerramento, a Vibra realizou o pagamento à Americanas no valor de R\$192, e a Companhia alterou a denominação social da Vem Conveniência S.A., cuja marca passa a ser utilizada exclusivamente pela Sociedade BR Mania, para “Americanas Local S.A.”.

(e) Novo Mercado (B3)

Em 08 de novembro de 2023, a Diretoria de Regulação de Emissores da B3 proferiu decisão no contexto do processo de *enforcement*, sujeita a recurso com efeito suspensivo, suspendendo a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado por infrações ao regulamento do segmento de listagem, até o cumprimento de determinadas exigências listadas na referida decisão. Na mesma decisão, a B3 condenou os antigos administradores e integrantes de órgãos de assessoramento da Companhia. A Companhia respeitosa, porém, veementemente discorda das conclusões expostas na decisão da B3 e apresentou recurso nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o que acarreta a suspensão dos efeitos da decisão até manifestação da Diretoria da B3 sobre o recurso, conforme detalhado na nota 1 – Contexto Operacional – no subitem Governança e Medidas Tomadas pela Companhia.

(f) Renúncia de membro do Conselho de Administração

Em 21 fevereiro de 2024, o Sr. Pierre Moreau, por motivos pessoais, renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

* * *